

**TJDFT**Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos TerritóriosNUCONV  
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVENIOS

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
066/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS E A AUDICARE -  
CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM  
SAÚDE LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.531.954/0001-20, sediado na Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Eixo Monumental, Brasília/DF, neste ato representado seu Presidente, Desembargador **MARIO MACHADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10 da Lei 11.697, de 13/06/2008, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **AUDICARE - CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, CNPJ/MF 05.285.983/0001-73, estabelecida no SMAS, nº 6580, Bloco 02, 4º andar, sala 404, Condomínio Park Shopping Corporate, Zona Industrial, Guará/DF, CEP: 71.219-900, telefone: 3344-5907/3039-6703/99986-5219, e-mail: sebastianarodrigues@audicareauditoria.com.br, neste ato representada por sua sócia, **ANTÔNIA SEBASTIANA RODRIGUES**, portadora da **Cédula de Identidade** 788.500-84 - SSP/CE e do **CPF** 261.449.213-20, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, com base nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e nos Decretos 5.450/2005 e 8.538/2015, em conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico 004/2018** e o decidido no **PA 0012220/2017 - SEI**, os quais farão parte integrante deste instrumento, juntamente com a Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de transcrição, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços continuados de apoio administrativo na área de auditoria médico-hospitalar, atendimento domiciliar e correlatos, bem como assessoramento técnico ao Programa de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais - Pró-Saúde, do **CONTRATANTE**, nos termos do edital, deste contrato e dos seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL** – Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decretos 5.450/2005, 7.746/2012 e 8.538/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR** - O serviço referido na cláusula primeira obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às obrigações assumidas na carta-proposta fornecida pela **CONTRATADA (protocolo 0420200)**, e dirigida ao **CONTRATANTE**, a qual, independentemente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS SERVIÇOS** - Os serviços se enquadram como serviços continuados e serão executados por meio de postos de trabalho, para atuarem nas dependências do **CONTRATANTE** e externamente nos prestadores credenciados e conveniados direta ou indiretamente ao **PRÓ-SAUDE/TJDFT**, bem como nas dependências onde se encontrarem pacientes em atendimento domiciliar. Os postos de trabalho a serem contratados são os previstos na tabela a seguir:

Posto de Trabalho	Vínculo	Local
Perícia Médica e Cotação de Materiais	SUABE	Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa, Bloco-A, 4º andar, Ala-B, Sala 416.
Auditoria Interna e Análise de faturas e contas médico-hospitalares e de atendimento domiciliar	SERCOF/ SUFIC	Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa, Bloco-A, 4º andar, Ala-B, Sala 409.
Auditoria Externa	SUABE/ SEAB	Externo (in loco), rede credenciada, conveniada e de atendimento domiciliar.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Todas as atividades necessárias ao desenvolvimento dos serviços que demandarem a participação dos gestores do contrato/hierárquicos e a **CONTRATADA**, na pessoa de seu preposto ou representante legal, deverão ocorrer nas instalações da Secretaria de Assistência e Benefícios – **SEAB** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, sito à Praça Municipal, Lote-01, Bloco-A, Ala-B, 4º Andar, Sala 412, do Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa.

**CLÁUSULA QUINTA - DO NÚMERO DE PROFISSIONAIS** - A **CONTRATADA** deverá disponibilizar 19 (dezenove) profissionais da área de saúde para a execução dos serviços, a serem lotados nos postos de trabalho, indicados na cláusula quarta, conforme quantitativo e carga horária apresentados no quadro abaixo:

Itens	Posto de Trabalho	Qtd.	Carga Horária Semanal
1	Auditoria Interna – Perícia Médica – Médico	2	30 horas semanais
2	Auditoria Externa – Médico	1	30 horas semanais
3	Auditoria Interna – Cotação de Materiais – Enfermeiro	1	30 horas semanais
4	Auditoria Interna – Faturamento – Enfermeiro	2	30 horas semanais
5	Auditoria Interna - Faturamento - Faturista	10	30 horas semanais
6	Auditoria Externa – Enfermeiro	3	30 horas semanais

TOTAL DE POSTOS	19	190 horas semanais
-----------------	----	--------------------

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Durante o período de execução dos serviços previstos no presente instrumento, os postos de trabalho deverão atender apenas demandas do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CÁLCULO DO NÚMERO DE HORAS ANUAIS** - Para efeito de cálculo, serão considerados o número de dias compreendidos entre o período de 1º/11/2017 a 31/10/2018, conforme calendário, constante no Anexo IV.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Serão descontados do cálculo os feriados nacionais que coincidirem com dia útil, ou seja, que caírem de 2ª a 6ª feira, e os que coincidirem com os sábados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - No período considerado, os meses do ano terão números de dias úteis e de sábados, conforme Anexo IV.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - São considerados feriados forenses:

I - Segunda-feira de carnaval e quarta-feira de cinzas;

II - Quartas e quintas-feiras santas;

III - 11 de agosto;

IV - 1º de novembro;

V - 8 de dezembro.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso haja funcionamento dos postos de trabalho nos dias considerados feriados forenses, o **CONTRATANTE** não pagará pelas horas de serviços realizadas, uma vez que as horas desses dias deverão ser consideradas no cálculo do valor final da hora.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS HORÁRIOS DOS POSTOS DE TRABALHO** - Os serviços contratados serão prestados pela **CONTRATADA** de segunda a sexta-feira, no horário de 7 às 19 horas, conforme turnos a serem definidos pelo **CONTRATANTE**, observando-se a carga horária em conformidade com a legislação trabalhista.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os postos de trabalho cuja duração ultrapasse 4 (quatro) horas, não excedendo a 6 (seis) horas de trabalho, terão intervalo, para repouso ou alimentação, de 15 (quinze) minutos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Durante o período de recesso forense, o **CONTRATANTE** realizará os ajustes necessários no horário de funcionamento dos postos, para que não ocorra prejuízo à execução dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos períodos de recesso forense, abaixo relacionados, poderá haver redução do horário de funcionamento dos postos de trabalho:

**I - 20 a 31 de dezembro;**

**II - 1º a 6 de janeiro.**

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso haja funcionamento dos postos de trabalho, nos dias considerados recessos forenses, que supere a quantidade de horas indicadas nos períodos de redução de horário, não haverá pagamento das horas excedentes até o limite das horas semanais estabelecidas para cada posto de trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os postos de trabalho de auditoria externa funcionarão, normalmente, nos feriados e recessos forenses, exceto quando coincidirem com feriados nacionais.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os profissionais deverão registrar diariamente o horário de entrada e de saída nos postos de trabalho, em sistema eletrônico, ou outro meio indicado pelo preposto da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A execução dos serviços dar-se-á de acordo com as rotinas próprias do **CONTRATANTE**, às quais poderão ser modificadas, mediante comunicado por escrito à **CONTRATADA**, que terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas do recebimento da notificação, para promover os acertos necessários.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O **CONTRATANTE** poderá alterar os horários de prestação dos serviços, devendo comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, respeitada a carga horária semanal prevista na legislação vigente.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS REQUISITOS BÁSICOS DOS PROFISSIONAIS** - Para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá alocar profissionais nos postos de trabalho com, no mínimo, os seguintes requisitos:

**I - Auditoria Interna e Externa: Médico**

**a)** registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, comprovado mediante a apresentação do certificado ou da carteira profissional;

**b)** especialização, em auditoria médica, em nível de Pós-graduação ou experiência mínima de 6 (seis) meses em auditoria médico-hospitalar, comprovada por meio de certificado de conclusão do curso, carteira de trabalho ou documento correlato (contrato de trabalho);

**c)** conhecimentos básicos de informática (pacote Office), haja vista que a operacionalização do serviço do **CONTRATANTE** é realizada por meio de sistema informatizado.

**II - Auditoria Interna e Externa: Enfermeiro**

**a)** registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, comprovado mediante a apresentação do certificado ou da carteira profissional;

**b)** curso/treinamento em auditoria médico-hospitalar, para os enfermeiros auditores, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas, ou experiência mínima de 6 (seis) meses em auditoria médico-hospitalar, comprovada por meio de certificado de conclusão do curso, carteira de trabalho ou documento correlato (contrato de trabalho);

**c)** conhecimentos básicos de informática (pacote Office), haja vista que a operacionalização do serviço do **CONTRATANTE** é realizada por meio de sistema informatizado;

**d)** para os profissionais alocados neste posto de trabalho é desejável demonstrar competências pessoais descritas na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

### III - Faturamento e processamento de contas médico-hospitalares: **Faturista**

**a)** ensino médio completo;

**b)** curso/treinamento em faturamento e processamento de contas médico-hospitalares e/ou experiência mínima de 6 (seis) meses em faturamento e processamento de contas médico-hospitalares, comprovada por meio de carteira de trabalho ou documento equivalente;

**c)** conhecimentos básicos de informática (pacote Office), haja vista que a operacionalização do serviço do **CONTRATANTE** é realizada por meio de sistema informatizado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A entrega dos documentos comprobatórios dos requisitos constantes no *caput* deverá ser feita aos gestores do contrato, pelo preposto, no primeiro dia da prestação de serviços, sendo que em caso de substituições também deverão ser apresentados os respectivos documentos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os profissionais apresentados pela **CONTRATADA** serão avaliados tecnicamente pelo **CONTRATANTE**, podendo este, durante a execução do contrato, solicitar eventuais substituições dos ocupantes dos postos de trabalho, que deverão ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Não existirá para o **CONTRATANTE** qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da **CONTRATADA**, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem restrição dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou pelos gestores designados, podendo para isso:

**I** - Solicitar a imediata retirada do local, bem ainda, a substituição de profissional da **CONTRATADA** que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

**II** - Examinar a carteira de trabalho dos profissionais alocados nos postos de trabalho, para comprovar o registro funcional, valor do salário e o cumprimento das

obrigações trabalhistas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de profissionais alocados nos postos de trabalho, caso os considere tecnicamente inaptos ou por conveniência.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os trabalhos deverão ser efetuados utilizando-se os sistemas informatizados disponibilizados pelo **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - No curso do contrato é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa **CONTRATADA**, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo ao **CONTRATANTE** decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Não será admitida a subcontratação.

**CLÁUSULA NONA - DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** - Os serviços serão prestados por postos de trabalho ocupados por profissionais que atendam aos requisitos básicos definidos na cláusula oitava.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Unidade de Medida adotada para a execução, controle e fiscalização do contrato é a unidade “homem/mês”, tendo por parâmetro a execução das tarefas descritas no subitem 1.1 do Anexo III e o quantitativo de postos de trabalho definidos para a execução das tarefas, conforme descrito na cláusula quinta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** deverá disponibilizar preposto, sem custos para o **CONTRATANTE**, que tenha capacidade gerencial para tratar dos assuntos contratuais, bem como esclarecer e adotar providências imediatas quanto a dúvidas e solicitações dos seus empregados e da fiscalização do **CONTRATANTE**.

I - O preposto da **CONTRATADA** deverá ser apresentado ao **CONTRATANTE**, em até 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação oficial, pelo **CONTRATANTE**, da publicação no Diário Oficial da União – DOU do extrato do contrato;

II - Durante o período de vigência do contrato, o preposto representará administrativamente a **CONTRATADA** sempre que necessário;

III - O preposto deverá estar apto a:

a) estar disponível nas dependências do **CONTRATANTE** durante o horário de funcionamento dos postos de trabalho definidos neste contrato;

b) assumir a gestão administrativa e técnica do contrato e a coordenação dos serviços executados;

c) esclarecer as questões relacionadas à execução do contrato;

d) responder por todos os serviços executados e em execução;

e) responder pelo cumprimento dos prazos estabelecidos;

f) assegurar que as determinações do **CONTRATANTE** sejam disseminadas junto à **CONTRATADA**;

**g)** informar ao **CONTRATANTE** sobre problemas de quaisquer natureza que possam comprometer o bom andamento dos serviços;

**h)** atender às instruções do **CONTRATANTE** quanto à execução e aos horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências do **CONTRATANTE**;

**i)** acompanhar diariamente a qualidade e os níveis de serviços alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo;

**j)** efetuar controle de informações relativas ao faturamento mensal da **CONTRATADA**;

**k)** atender os profissionais alocados nos postos de trabalho efetuando tarefas como: entrega de contracheques, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, bem como desempenhar outras atividades de responsabilidade da **CONTRATADA**;

**l)** acatar as orientações do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, de segurança e medicina do trabalho;

**m)** controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais alocados nos postos de trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS** - De acordo com a demanda apresentada, a **CONTRATADA** deverá observar os seguintes requisitos:

**I - Para os serviços de Auditoria Interna – Enfermeiro:**

**a)** à emissão de relatórios mensais das auditorias internas realizadas nos prazos estabelecidos;

**b)** à conclusão de auditoria de todas as contas médico-hospitalares recebidas no mês de referência;

**c)** à avaliação técnica da pertinência do atendimento e/ou dos materiais, medicamentos e procedimentos empregados;

**d)** à correta compatibilização das contas médico-hospitalares com as normas e tabelas do **CONTRATANTE**;

**e)** à realização das glosas técnicas e administrativas, identificadas no trabalho de auditoria, dentro dos padrões adotados pelo Pró-Saúde;

**f)** à assiduidade e pontualidade dos postos de trabalho, atestados pelo preposto.

**II - Para os serviços de Auditoria Interna – Faturista:**

**a)** à conclusão do faturamento, em até 15 (quinze) dias úteis, das contas encaminhadas ao Pró-Saúde, após distribuídas aos faturistas;

**b)** à conclusão do faturamento, em até 20 (vinte) dias úteis, da análise dos recursos de glosa;

c) às correções, em até 05 (cinco) dias úteis, das contas devolvidas, pelo **CONTRATANTE** ao preposto para os ajustes necessários;

d) à assiduidade e pontualidade dos postos de trabalho, atestados pelo preposto;

**III - Para os serviços de Auditoria Interna - Perícia médica e cotação de materiais:**

a) à análise e emissão de autorizações médicas, solicitadas no período;

b) à autorização de procedimentos eletivos e emergenciais, dentro dos prazos estabelecidos;

c) à análise e conclusão dos pedidos de reembolso apresentados no mês de referência;

d) à realização das cotações e negociações de preços para a autorização de materiais e medicamentos, nos prazos definidos neste contrato, em conformidade com o Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares;

e) à entrega dos relatórios nos prazos estipulados;

f) à assiduidade e pontualidade dos postos de trabalho, atestados pelo preposto.

**IV - Para os serviços de Auditoria Externa – Médico e Enfermeiro:**

a) às auditorias de todas as contas disponibilizadas pelos credenciados, conveniados ou contratados;

b) à emissão do Relatório de Auditoria Hospitalar (RAH), na forma e no prazo estipulados;

c) à emissão dos relatórios, em meio eletrônico e impressos (se solicitados), respeitando a forma e o prazo definidos neste instrumento;

d) à análise de todas as contas parciais e totais de internação hospitalar, atendimento domiciliar e clínicas de repouso;

e) às visitas e acompanhamentos diários dos pacientes internados nos hospitais, atendimento domiciliar e clínicas de repouso, com emissão de parecer;

f) à emissão dos relatórios e pareceres na forma e nos prazos estipulados;

g) às visitas à rede credenciada ou interessada no credenciamento, com emissão do relatório conclusivo de vistoria no prazo estipulado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS** - Os serviços, objeto desta contratação, serão recebidos da seguinte forma:

**I - Recebimento Provisório**, mediante recibo, imediatamente após a entrega da fatura e ou nota fiscal, para posterior verificação de sua conformidade com os serviços prestados;



**II - Recebimento Definitivo**, mediante recibo, até 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os serviços executados em desconformidade com este contrato serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a **CONTRATADA** será obrigada a refazê-los no prazo estipulado pelos gestores, contado da data do recebimento, pelo preposto, de notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A notificação do parágrafo primeiro suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – Além das demais obrigações previstas neste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

**I** - Executar os serviços, objeto da contratação, em conformidade com o estipulado neste contrato e seus anexos.

**II** - Manter sede ou representação na cidade de Brasília/DF, durante toda a vigência do contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços, para fins de cumprimento da prestação de serviço, devendo comprovar essa condição até 48 horas após a publicação do contrato.

**III** - Adotar os procedimentos necessários à abertura de conta bancária vinculada, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, bem como a assinatura do termo específico que permita ao **CONTRATANTE** o controle dos saldos e extratos e a vinculação da movimentação dos valores à autorização do **CONTRATANTE**.

**IV** - Indicar preposto, sem ônus para o **CONTRATANTE**, que tenha capacidade gerencial para tratar dos assuntos contratuais, bem como esclarecer e adotar providências imediatas quanto a dúvidas e solicitações dos seus empregados e da fiscalização do **CONTRATANTE**.

**V** - Manter preposto, sem ônus para o **CONTRATANTE**, responsável pela gestão administrativa e técnica do contrato e a coordenação dos serviços executados.

**VI** - Iniciar a execução dos serviços até 48 horas após a comunicação oficial, pelo **CONTRATANTE**, da publicação no Diário Oficial da União – DOU do extrato do contrato firmado pelas partes, momento em que apresentará oficialmente o preposto para atuar nas dependências do **CONTRATANTE**.

**VII** - Apresentar, por meio do preposto, no dia do início da prestação de serviços, objeto da contratação:

**a)** relação dos profissionais que atuarão na execução do contrato;

**b)** cópia do contrato de trabalho, acompanhada dos demais documentos comprobatórios das qualificações exigidas para os profissionais, de acordo com as exigências estabelecidas neste instrumento, que passará a compor dossiê da **CONTRATADA**;

**c)** os profissionais indicados devem ser idôneos e habilitados, com formação em medicina ou enfermagem (quando relacionados a estes postos de trabalho), com experiência na respectiva área de atuação, comprovada por meio de cópia das anotações na Carteira de Trabalho, ou por meio de declarações das organizações onde tenham trabalhado, sendo que, caso o contrato seja com a própria **CONTRATADA**, deverá ser apresentada cópia do contrato de trabalho;

**d)** comprovante de que os profissionais pertencem ao quadro funcional da empresa, por meio de cópia reprográfica autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), para os empregados e, no caso de sócio da empresa, por meio da cópia reprográfica autenticada do Ato Constitutivo e/ou Contrato Social;

**e)** apresentação de declaração, firmada em papel timbrado, com a assinatura do responsável legal, quanto à autenticidade dos documentos anteriormente mencionados, sob penas da Lei;

**f)** documento, contendo informações da **CONTRATADA** e seus representantes, como: nome, cargo na empresa, endereço, telefone fixo comercial, móvel, endereço eletrônico (e-mail).

**f.1)** as informações deverão ser atualizadas sempre que houver alteração ou a pedido do **CONTRATANTE**.

**VIII** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e a capacidade técnica operativa, em consonância com o disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993.

**a)** O **CONTRATANTE** poderá conceder um prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**IX** - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**a)** Por acordo entre as partes, as supressões poderão ser superiores ao limite estabelecido.

**X** - Arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços contratados, exceto nos casos decorrentes de motivos de força maior, devidamente comprovados, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos órgãos judiciais ou de entidades de classe.

**XI** - Assumir a responsabilidade por toda e qualquer despesa relativa a encargos trabalhistas, seguro de acidente, impostos, contribuições previdenciárias e trabalhistas, inclusive com estacionamento, traslados, alimentação, acomodação e também por todos os danos e perdas causados ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a

terceiros, diretamente ou indiretamente, por dolo ou culpa, resultantes de ação ou omissão de empregados na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato, durante todo o período em que houver prestação de serviços para o **CONTRATANTE**.

**XII** - Responsabilizar-se, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como:

- a) pagamento de salários;
- b) seguros contra acidentes;
- c) indenizações;
- d) recolhimento de taxas, impostos, contribuições;
- e) auxílio-alimentação;
- f) auxílio-transporte;

g) e as que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo ou por Convenção Coletiva de Trabalho;

**XIII** - Efetuar os pagamentos, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, e, fornecer, até o último dia útil do mês anterior, o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda os respectivos deslocamentos.

**XIV** - Fornecer aos profissionais auxílio-transporte e auxílio-alimentação em valores e condições estabelecidos na (s) Convenção (ões) ou Acordo (s) Coletivo (s) de Trabalho das categorias, indicadas nas Planilhas de Custo e Formação de Preços.

a) O vale-transporte deverá ser concedido, pela **CONTRATADA**, aos empregados de acordo com o Decreto nº 95.247, de 17/11/1987, no valor referente ao itinerário “casa-trabalho- casa” de cada empregado, pagos até o último dia de cada mês;

**XV** - Controlar o fornecimento do auxílio-transporte e auxílio-alimentação, mediante comprovante de entrega, que deverá conter: nome e matrícula do empregado, data de entrega, quantidade e valores, mês de competência e assinatura do profissional atestando o recebimento.

**XVI** - Viabilizar o acesso aos seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

**XVII** - Disponibilizar todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos das contribuições previdenciárias e do FGTS.

a) A **CONTRATADA** deverá comprovar o disposto neste inciso sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**.

**XVIII** - Contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, com as condições a seguir:

- a) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

- b)** estar quite com as obrigações eleitorais;
- c)** estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino;
- d)** ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições.

**XIX** - Manter os profissionais, no horário de funcionamento dos postos de trabalho, obrigatoriamente trajados de forma condizente com o serviço a executar e identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser confeccionado pela **CONTRATADA**, conforme modelo fornecido pelo **CONTRATANTE**, no início das atividades nos postos de trabalho;

**XX** - Arcar com o ônus de fornecimento de cada crachá de identificação dos seus empregados, conforme exigência do **CONTRATANTE**;

**a)** o crachá de identificação deverá possuir as seguintes características: tamanho padrão: 54x86mm; material: PVC rígido; impressão colorida de alta definição;

**b)** o crachá deve ser acompanhado de cordão liso, em poliéster, de 12mm de largura e 80 cm de comprimento, terminal tipo jacaré; além do porta-crachá rígido, vertical, transparente, para cartão em PVC, medindo 5,4x8,6 cm;

**XXI** - fornecer, em caso de dano irreparável ou perda do crachá, pelo empregado, a confecção de um novo, completo.

**XXII** - recolher e devolver, ao Serviço de Segurança do **CONTRATANTE**, todos os crachás fornecidos, ao final do contrato, bem como os crachás dos empregados removidos dos postos de trabalho contratados, sob pena de ressarcimento.

**XXIII** - Assegurar que os profissionais alocados nos postos de trabalho (médicos e enfermeiros) estejam munidos de certificado digital, para assinatura eletrônica das contas auditadas e das autorizações emitidas.

**a)** O certificado digital mencionado no subitem anterior deverá possuir as seguintes características: tipo A3, validade 3 anos - podendo ser solicitada a renovação do certificado, padrão ICP Brasil e mídia criptográfica (token).

**XXIV** - Assegurar acesso ao sistema próprio do Pró-Saúde para os auditores externos, disponibilizando, para tanto, todos os recursos físicos e materiais necessários.

**XXV** - Suprir as ausências de profissionais nos postos de trabalho, sem lapso na prestação do serviço, no caso de férias, licenças e afastamentos, devendo informar previamente, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sempre que possível, a substituição a ser realizada e submeter o profissional substituto à apreciação do **CONTRATANTE**, apresentando a documentação que comprove os requisitos técnicos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho, independente de solicitação do **CONTRATANTE** ao preposto.

**a)** As ausências dos profissionais nos postos de trabalho não supridas ou recompensadas serão descontadas do faturamento mensal, no valor correspondente ao número de dias de ausências verificadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato.

**XXVI** - Quaisquer faltas nos postos de trabalho deverão ser supridas por profissionais que atendam aos requisitos técnicos exigidos, independente de solicitação do **CONTRATANTE** ao preposto. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho, sendo a **CONTRATADA** obrigada a:

a) remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente;

b) preencher o posto vago, após autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de multa com base no período em que o posto de trabalho permaneceu desocupado.

**XXVII** - Substituir definitivamente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE**, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do **CONTRATANTE** ou ao interesse do serviço público, bem como aqueles considerados tecnicamente inaptos.

a) Será vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de outros profissionais ausentes.

**XXVIII** - Oferecer treinamento, para a execução das atividades, aos profissionais alocados nos postos de trabalho.

a) A **CONTRATADA** arcará com todo e qualquer custo de treinamento oferecido aos seus profissionais.

**XXIX** - Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, observando as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo instrumentos apropriados à proteção dos profissionais, expostos a condições climáticas adversas, e outros que se fizerem necessários.

**XXX** - Executar os serviços em estrita observância das normas e regulamentos do Conselho Federal de Medicina – CFM, do Conselho Federal de Enfermagem- COFEN e do **CONTRATANTE**.

a) Os médicos auditores deverão atender, em especial, aos preceitos da Resolução CFM nº 1.614/2001, de 8 de fevereiro de 2001.

**XXXI** - Responsabilizar-se civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato.

**XXXII** - Comunicar, por escrito, ao **CONTRATANTE** a ocorrência de condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

**XXXIII** - Manter preposto nas dependências do **CONTRATANTE**, a partir da publicação do contrato, no horário de funcionamento e em local a ser indicado pelo **CONTRATANTE**, para assumir a gestão administrativa e técnica do contrato e a coordenação dos serviços executados.

a) O preposto indicado pela **CONTRATADA** não poderá ser ocupante dos postos de trabalho contratados.

b) A **CONTRATADA** não poderá substituir profissionais dos postos de trabalho pelo preposto, nos casos de faltas ou impedimentos.

**XXXIV** - A **CONTRATADA** se sujeitará à fiscalização do **CONTRATANTE**, por intermédio dos gestores do contrato, designados, que oficialão ao preposto da **CONTRATADA**, quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;

**XXXV** - Executar os serviços contratados de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo **CONTRATANTE**.

**XXXVI** - Emitir parecer médico conclusivo sobre assuntos pertinentes ao objeto da presente contratação.

**a)** O prazo para emissão de parecer médico será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da demanda.

**XXXVII** - Assinar Termo de Confidencialidade, constante no Anexo V, bem como manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

**XXXVIII** - Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, com as razões, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**.

**XII** - Seguir as orientações técnicas e normativas do **CONTRATANTE** para a execução das atividades/tarefas.

**XL** - Notificar, por escrito, o **CONTRATANTE**, quando houver suspeita de fraude ou qualquer irregularidade na identificação do beneficiário, fornecendo relatório com dados que permitam identificar os envolvidos e as justificativas técnicas.

**XLI** - Participar de reuniões, representada por seu preposto, sempre que solicitadas pelo **CONTRATANTE**, podendo haver a participação de auditores internos e externos, conforme entendimento do preposto, com o objetivo de analisar os resultados dos serviços contratados e, se necessário, reformular as estratégias operacionais para o cumprimento eficiente do contrato.

**XLII** - Orientar os profissionais alocados nos postos de trabalhos:

**a)** a utilizarem o telefone exclusivamente para o serviço. As chamadas externas, realizadas em caráter particular, serão cobradas em conta telefônica, devendo ser pagas até o 5º (quinto) dia útil, a contar da notificação.

**b)** a portarem, em lugar visível, o crachá de identificação.

**XLIII** - Entregar, no momento de apresentação da fatura e, sempre que solicitadas, pelos gestores do contrato, cópias dos comprovantes de pagamento das obrigações previdenciárias e trabalhistas.

**XLIV** - A comprovação da entrega dos benefícios auxílio-alimentação e auxílio-transporte, aos profissionais alocados nos postos de trabalho, deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação do **CONTRATANTE**, observada a data limite para a entrega aos empregados, relativa ao mês de referência.

**XLV** - O pagamento dos salários e dos benefícios, previstos em lei, aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

**XLVI** - O **CONTRATANTE** poderá fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**XLVII** - Observar os itens abaixo quanto à postura ética e normas de conduta:

- a)** cumprir o Código de Ética da categoria profissional;
- b)** manter a postura ética e profissional com os profissionais médicos, de enfermagem, pacientes, familiares e demais empregados da instituição hospitalar;
- c)** conhecer e cumprir as normas e procedimentos do Pró-Saúde, propondo modificações no que couber;
- d)** atuar com imparcialidade na análise dos procedimentos médico-hospitalares;
- e)** cumprir os prazos estipulados no contrato quanto à análise das contas médico-hospitalares;
- f)** não endossar contas hospitalares ou ambulatoriais sem análise prévia e minuciosa;
- g)** guardar total sigilo das informações obtidas e ter o máximo cuidado no tratamento destas; sendo proibida quaisquer publicidade acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização do **CONTRATANTE**;
- h)** comunicar, imediatamente, aos gestores do Pró-Saúde, quaisquer irregularidades relacionadas à execução do contrato;
- i)** notificar o **CONTRATANTE** sobre qualquer irregularidade na identificação do paciente em que haja suspeita de fraude, fornecendo relatório com dados que permitam identificar os envolvidos e as devidas justificativas técnicas;
- j)** disponibilizar os serviços em conformidade com os prazos para execução, definidos neste contrato;
- k)** executar os serviços em conformidade com o Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares;
- l)** concluir, até 15 (quinze) dias úteis, após distribuição ao preposto, o processamento das faturas encaminhadas ao Pró-Saúde, no mês de referência;
- m)** sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos serviços;
- n)** utilizar pessoal devidamente habilitado na execução dos serviços;
- o)** prestar os serviços com pessoal técnico qualificado, observando a legislação e as disposições regulamentares aplicáveis à espécie;
- p)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

**XLVIII** - Emitir os seguintes dados estatísticos/relatórios até o 5º dia útil do mês subsequente, a partir do 2º mês de efetiva prestação do serviço, em formato eletrônico e impressos (se solicitado), compatíveis com os programas utilizados pelo **CONTRATANTE**:

**a)** emitir relatórios mensais das auditorias externas realizadas, especificando os pacientes e clínicas ou hospitais visitados, identificando as respectivas patologias e medidas eventualmente adotadas;

**b)** relatório dos pacientes, em internação hospitalar, nas diversas especialidades, com ênfase em psiquiatria e em clínicas de dependência química, com informação do período de internação, condições de alta e CID;

**c)** relatório dos pedidos de revisão de glosas e resultado final, com descrição/justificativa do que foi reconsiderado, se for o caso, e percentuais de glosas por credenciado;

**d)** relatório contendo discriminação das faturas auditadas por credenciado;

**e)** relatório contendo informações sobre os partos ocorridos, com suas complicações ou não, conforme determinação da ANS - Agência Nacional de Saúde;

**f)** outros relatórios e/ou dados necessários e solicitados pelo Pró-Saúde para atendimento às exigências de Órgãos Federais/Estaduais/Municipais, tais como – ANS, Ministério da Saúde e outros;

**g)** relatório mensal da auditoria médica, contendo informações sobre partos, óbitos, day clinic, atendimento domiciliar (home care), glosas e outros dados solicitados pelo Pró-Saúde;

**h)** relatório sobre demonstrativo de custos mensais de todos os hospitais auditados: somatório e individual por hospital contendo no mínimo: período de apuração, quantidade de altas dos pacientes, faturas auditadas, componentes de custos (diárias, exames, gases, honorários, materiais, medicamentos, taxas, OPME's, total do valor cobrado, total de glosas e valor líquido);

**i)** relatório demonstrativo evolutivo de custos totais mensais de todos os hospitais auditados (somatório) e individual por hospital contendo no mínimo: quantidade de faturas auditadas no período de referência, número de pacientes internados, com faturas parciais auditadas, leitos-dia ocupados durante o período de referência, tempo médio das internações, custo médio do paciente por dia de internação, custo do paciente por internação, valor total, valor total de glosas e valor líquido;

**j)** relatório nosológico por hospital, contendo, no mínimo, os seguintes dados: custo por tipo de patologia, número de faturas auditadas, número de altas, tempo médio de permanência do paciente, custo médio paciente por dia, custo médio de internação por paciente;

**k)** relatório sobre a intervenção da **CONTRATADA** junto aos médicos assistentes dos pacientes, beneficiários do Pró-Saúde, apontando avaliação dos procedimentos e prescrições adotados e os resultados alcançados, com a respectiva intervenção, tais como: redução de diárias e de custos com materiais, medicamentos, exames, taxas e outros;



**I)** quaisquer outros relatórios ou informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, compatíveis com o objeto contratual;

**II** - Apresentar em até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do contrato, laudo técnico que indique ou afaste o direito à percepção, por seus empregados, dos valores de Adicionais de Insalubridade e Periculosidade.

**a)** O laudo exigido destina-se a atender ao disposto no art. 58, § 3º, da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, alterado pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997, que dispõe: "a empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei."

**b)** Caberá à **CONTRATADA** apresentar laudo atualizado caso ocorra alguma alteração referente à legislação citada.

**c)** A apresentação do laudo no prazo estabelecido neste inciso, ensejará o pagamento dos adicionais devidos retroativamente ao início do contrato. Após esse prazo, o pagamento será feito a partir da data da apresentação do laudo.

**d)** O laudo técnico deverá obedecer à legislação relacionada a seguir: Lei nº 6.514 de 22/12/1977; Lei nº 12.740 de 08/12/2012; Resolução TST nº 083/1998; Decreto nº 93.412/1986; NR-16 - Portaria MTE nº 3.214, de 08/06/1978 (periculosidade); NR-15 - Portaria MTE nº 02/1979, com anexo acrescido pela Portaria nº 3.396, de 11/10/1978 (insalubridade).

**L** - O laudo técnico deverá conter pelo menos:

**a)** O tipo de trabalho realizado e o local de exercício;

**b)** A identificação do agente nocivo à saúde ou o identificador do risco;

**c)** O grau de agressividade ao homem, especificando:

**c.1)** limite de tolerância conhecida, quanto ao tempo e a quantidade de exposição ao agente nocivo;

**c.2)** verificação do tempo de exposição do prestador aos agentes agressivos;

**c.3)** a classificação dos graus de insalubridade, com os respectivos percentuais aplicáveis ao local ou atividade objeto de exame;

**c.4)** as medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A **CONTRATADA**, durante a vigência do contrato, ficará impedida de contratar empregado, integrante do quadro de pessoal do **Pró-Saúde/TJDFT**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**I** - A solicitação dilatória deverá ser encaminhada contemporaneamente ao fato que a ensejar, considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente

prorrogação;

**II** - A solicitação de prorrogação formal, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento do prazo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A execução completa do contrato somente será considerada quando a **CONTRATADA** comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A **CONTRATADA** deverá, a partir da solicitação formal do **CONTRATANTE**, apresentar todas as certidões e declarações relacionadas no artigo 5º da Resolução nº 156/2012, do CNJ, concernentes aos empregados com funções de chefia disponibilizados para o **CONTRATANTE**.

**I** – Em caso de mudança de titular de cargo de chefia exercido por empregado da **CONTRATADA** e que esteja à disposição do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar, a partir da solicitação formal do **CONTRATANTE**, os mesmos documentos delineados no caput deste parágrafo, relativas ao novo ocupante do cargo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A **CONTRATADA** compromete-se a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A **CONTRATADA** compromete-se a não manter ou contratar empregados, colocados à disposição do **CONTRATANTE** para o exercício de funções de chefia, que incidam nas vedações dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ 156, de 8/08/2012, a saber:

**I** - Pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

**a)** atos de improbidade administrativa;

**b)** crimes:

b.1) contra a administração pública;

b.2) contra a incolumidade pública;

b.3) contra a fé pública;

b.4) hediondos;

b.5) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

b.6) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

b.7) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

b.8) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

**II** - Na mesma vedação do caput deste parágrafo incorre a pessoa que tenha:

- a) praticado atos causadores de perda do cargo ou emprego público;
- b) sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;
- c) tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE -**  
O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- I** - Assegurar o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA**, quando devidamente identificados, nos locais onde estão situados os postos de trabalho.
- II** - Proporcionar todos os meios necessários para que a **CONTRATADA** possa desempenhar suas obrigações contratuais.
- III** - Disponibilizar espaço físico, móveis e equipamentos necessários à execução dos serviços, para os postos de serviços internos, exceto os de uso pessoal.
- IV** - Disponibilizar instalações sanitárias aos empregados da **CONTRATADA** que atuarem nos postos de trabalho de Auditoria Interna.
- V** - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto da contratação, por meio dos gestores designados.
- VI** - Fornecer ao preposto da **CONTRATADA** as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços, bem como prestar orientações sobre as normas do **CONTRATANTE**.
- VII** - Prestar todas as informações e esclarecimentos, por meio do preposto, que os empregados da **CONTRATADA** solicitarem para a execução das atividades/tarefas.
- VIII** - Comunicar à **CONTRATADA**, por meio do preposto, as irregularidades observadas na execução dos serviços.
- IX** - Conceder prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
- X** - Analisar todas as recomendações apresentadas pela **CONTRATADA**, necessárias ao bom desempenho da execução dos serviços contratados.
- XI** - Repassar à **CONTRATADA**, preferencialmente por escrito, as orientações e solicitações do **CONTRATANTE** relativas à execução dos serviços.
- XII** - Observar os motivos declinados nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 80, todos da Lei nº 8.666/1993 em caso de rescisão contratual.
- XIII** - Realizar os pagamentos devidos, na forma, no prazo e nas condições previstas no edital e neste contrato, de acordo com a efetiva prestação dos serviços, com

base no relatório emitido pelos gestores do contrato, bem como realizar as devidas retenções, nos percentuais e prazos previstos em Lei.

**XIV** - Exercer a fiscalização dos serviços, por intermédio dos gestores designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, na Instrução Normativa nº 02/2008 MPOG, na Portaria GPR nº 260, de 26 de abril de 2007, alteradas pelas Portarias GPR nº 775 e GPR Nº 1723, de 05 de outubro de 2007 e de 12 de dezembro de 2013, respectivamente, no Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares.

**XV** - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, bem como determinar o que for necessário à regularização das falhas observadas.

**XVI** - Emitir atestado de capacidade técnica quando solicitado, pela **CONTRATADA**, desde que atendidas as obrigações contratuais e pleiteado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**XVII** - Fiscalizar, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, caso a **CONTRATADA** tenha se beneficiado nos termos do inciso IV e alínea "a" do subitem 7.10 do edital.

**XVIII** - Oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil - RFB, em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É vedada ao **CONTRATANTE** a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**, conforme artigo 3º da Resolução nº. 07/2005 do CNJ.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedada ao **CONTRATANTE** a contratação, a qualquer título, de empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, conforme disposto no art. 17, inciso XI da Lei nº 13.473/2017.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedada, ainda, ao **CONTRATANTE** a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 07/2005 do CNJ.

**a)** a vedação constante deste parágrafo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO** - Os empregados alocados pela **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com este **CONTRATANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** recrutá-los em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, efetuar todos os pagamentos de salários, cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras relacionadas à sua condição de empregadora.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Este contrato observará as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções 169 e 183/2013 do **CNJ**, devendo ser adotadas todas as medidas relativas ao provisionamento dos encargos trabalhistas, dando pleno cumprimento ao normativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL** - Será exigido que a **CONTRATADA** apresente ao **CONTRATANTE**, em até 15 (quinze) dias corridos, prorrogável por igual período, contados da data da publicação do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da **CONTRATADA**, observando o disposto no § 2º, art. 56, da Lei 8.666/1993, mediante uma das seguintes modalidades:

**a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**a.1)** No caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá efetuar depósito na Caixa Econômica Federal e apresentar o comprovante ao **CONTRATANTE** em até 15 (quinze) dias corridos, prorrogável por igual período, após a publicação do contrato;

**b)** seguro-garantia;

**b.1)** no caso de prestação da garantia na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá conter, nas condições especiais, cobertura de multas impostas à **CONTRATADA**.

**c)** fiança-bancária.

**c.1)** A garantia apresentada na modalidade fiança bancária só será aceita pela Administração se o banco expressamente renunciar ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil.

**c.2)** A fiança-bancária deverá ser emitida por instituição financeira cujo funcionamento esteja devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil (Resolução **BC 4.122**, de 2/08/2012).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**I** - prejuízo advindo do não cumprimento do objeto desta contratação e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**II** - prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

**III** - as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

**IV** - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos incisos "I" a "IV" do parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O **CONTRATANTE** não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nos casos de prorrogação de vigência do prazo contratual, do prazo de execução, ou de acréscimo do contrato, exigir-se-á da **CONTRATADA**, no momento da assinatura do termo aditivo correspondente, a prorrogação ou o reforço da garantia de que trata esta cláusula, que deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, prorrogável por igual período, contado da publicação do termo.

**PARÁGRAFO QUINTO** - No caso de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**, a garantia será executada para ressarcimento ao **CONTRATANTE** dos valores das multas e indenizações a ele devidos, sujeitando-se ainda, a **CONTRATADA** a outras penalidades previstas na Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A garantia, ou seu saldo, somente será liberada em até 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela instituição financeira em que for realizado o depósito.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação da garantia, autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A garantia será considerada extinta:

**I** - com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

**II** - com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto no caput desta cláusula, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**PARÁGRAFO NONO** - A garantia prestada pela **CONTRATADA** terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo que somente será liberada mediante a comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, diretamente pela Administração, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05/2017, MPOG, observada a legislação que rege a matéria.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Em havendo alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser atualizada, a fim de se manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento).

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Em caso de rescisão contratual, até a comprovação do pagamento das verbas rescisórias ou da apresentação de documentos a comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho, o **CONTRATANTE** reterá:

**I** - a garantia prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração;

**II** - os valores das notas fiscais ou faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

a) Não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, o **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Após decorrido o prazo de cinco dias corridos de que trata o parágrafo sexto da cláusula vigésima quarta sem que haja o pagamento da multa aplicada e havendo garantia contratual, será a seguradora ou fiadora notificada para proceder ao pagamento dos valores devidos ou, conforme o caso, levantado o valor caucionado ou resgatados os títulos da dívida pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - A despesa com a execução do presente instrumento correrá, neste exercício, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União ao **CONTRATANTE**, no Elemento de Despesa 339037-01, classificação funcional programática 02061056742340053.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos pela Nota de Empenho 2018NE000523, de 11/04/2018, no valor de R\$ 1.074.963,88 (um milhão, setenta e quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula, para atender às despesas inerentes a este contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO VALOR** - O valor do presente instrumento fica estimado em **R\$ 1.499.949,60** (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO** – Após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme cláusula décima primeira, a liberação do pagamento estará condicionada:

**I** - À comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, por meio de relatório de folha de pagamento e à comprovação da entrega dos benefícios auxílio-alimentação e auxílio-transporte relativos ao mês de referência;

**a)** À emissão dos relatórios solicitados, em meio eletrônico e impresso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os pagamentos serão efetuados em parcelas mensais, em moeda corrente nacional, após a comprovação da execução dos serviços nos padrões de qualidade estabelecidos e o recebimento definitivo, mediante emissão de relatório dos gestores do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O relatório dos gestores será emitido após a apresentação da fatura pela **CONTRATADA**, que deverá ser entregue no **SERCOF** - Serviço de Controle e Análise de Faturas, situado no Fórum de Brasília, Bloco A, 4º andar, ala B, sala 409, até o 5º dia útil de cada mês.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A fatura deverá corresponder à prestação dos serviços do mês de referência.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que for recebido o documento eletrônico de cobrança pelos serviços prestados, no local definido pelo **CONTRATANTE**, acompanhado dos relatórios em meio eletrônico e impressos (se solicitados) previstos neste contrato, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Quando houver ressalva no ateste dos serviços pela fiscalização, no que concerne a execução do objeto do contrato, e pela gestão do contrato, em relação às demais obrigações contratuais, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à **CONTRATADA**, até que sejam escoimados os vícios detectados.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As notas fiscais e os documentos exigidos neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente no **SERCOF**, até o 5º dia corrido após solicitação expressa da fiscalização do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O documento fiscal a ser emitido pela **CONTRATADA** deverá estar em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução, para que haja o efetivo pagamento e deverá estar acompanhado da documentação descrita abaixo, que será arquivada juntamente com a fatura correspondente ao pagamento em questão:



**I** - Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram nos postos de trabalho do **CONTRATANTE**, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão-de-obra faltante, bem como relatório de frequência diária dos postos de trabalho, no qual constem todas as informações relativas às faltas, neste caso, com o nome das respectivas substituições, atrasos ou horas extras, a fim de subsidiar um controle efetivo por parte dos gestores do contrato;

**II** - Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária dos empregados, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado;

**III** - Outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no subitem anterior;

**IV** - Comprovante do pagamento do auxílio-alimentação e auxílio-transporte de todos os empregados que atuaram nos postos de trabalho do **CONTRATANTE**, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços;

**V** - Por ocasião da apresentação da primeira nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços;

**VI** - A prova do pagamento do auxílio-alimentação e auxílio-transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas;

**VII** - A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS.

**I** - A não apresentação das certidões supramencionadas ensejará a postergação do pagamento até a regularização da situação da empresa frente ao Fisco. A manutenção dessa condição, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993;

**PARÁGRAFO NONO** - Guia de Recolhimento do FGTS referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

**I** - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo "Nº Arquivo" dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

**II** - Cópia da relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP – RE;

**III** - Cópia da Relação de Tomadores/Obras – RET;

**IV** - Cópia do resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Tomador/Obra;

**V** - Cópia do comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos;

**VI** - Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP; e

**VII** - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP;

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, poderá solicitar à **CONTRATADA** a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A fatura, devidamente atestada pelo **CONTRATANTE**, será paga até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que for recebido o documento eletrônico de cobrança pelos serviços prestados, observadas as seguintes ressalvas:

**I** - os documentos de cobrança rejeitados por incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à **CONTRATADA**, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de sua apresentação, com as informações que motivaram sua rejeição;

**II** - o novo prazo de pagamento, no caso de documentos rejeitados por erros ou imperfeições, será contado a partir da data da reapresentação da documentação considerada correta pelo **CONTRATANTE**;

**III** - os pagamentos serão efetuados após a verificação da Regularidade Fiscal da **CONTRATADA** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta on-line ao sistema, devendo o resultado da situação cadastral ser juntado ao processo de pagamento;

**IV** - em caso de irregularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período;

**V** - findo o prazo disposto no inciso anterior, sem que haja a regularização, por parte da **CONTRATADA**, perante o SICAF ou apresentação de defesa, aceita pelo **CONTRATANTE**, estará o contrato passível de rescisão, por caracterizar

descumprimento de cláusula contratual, e a **CONTRATADA** sujeita às sanções administrativas previstas na lei, no edital e no contrato celebrado;

**VI - o CONTRATANTE** fará a retenção na fonte dos encargos, tributos e contribuições nos percentuais e prazos previstos em Lei;

**VII - a devolução da fatura não aceita pelo CONTRATANTE**, em hipótese alguma, servirá de motivo para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Serão retidos da **CONTRATADA**, nos termos da Resolução nº 169/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em conta vinculada, bloqueada para movimentação, os custos relativos às provisões de encargos trabalhistas, cujo percentual será apurado no momento da celebração do contrato, conforme planilha específica.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Eventuais saldos da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – somente serão liberados à **CONTRATADA** se após dois anos do término do contrato os empregados que estavam alocados na execução do contrato não acionarem a justiça do trabalho.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pelo **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - O pagamento pelos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador) por parte da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se no ato da conclusão dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, se verificada a irregularidade da **CONTRATADA** com a Seguridade Social (CND), e/ou com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), e/ou com a Justiça do Trabalho (CNDT) e/ou com a Fazenda Federal, bem como o descumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, a **CONTRATADA** ficará sujeita à rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII; 78, incisos I e II; 80, inciso III e, 87, da Lei 8.666/1993).

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Para fins de não retenção dos tributos federais, conforme disposto nos arts. 4º e 6º da Instrução Normativa da SRFB 1.234/2012, as instituições e pessoas jurídicas elencadas nos incisos III, IV e XI do art. 4º, deverão apresentar ao órgão, a cada pagamento, declaração, na forma dos anexos II a IV à instrução, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do serviço, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

	<p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da Parcela a ser paga;</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%</p> <p>I = Índice de compensação financeira assim apurado:</p> <p><math>I = \frac{(TX/100)}{365}</math> <math>I = \frac{(6/100)}{365}</math></p> <p><math>I = 0,00016438</math></p>
<p><u>EM =</u> <u>I x N x VP</u></p>	<p><u>Em</u> <u>que:</u></p>

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** – A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** – O **CONTRATANTE**, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa SRF 1.234, de 11/01/2012, publicada no DOU de 12/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 a Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

II - relacionadas à Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento) calculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa 971, de 13/11/2009, publicada no DOU de 17/11/2009 e alterações conforme determina a Lei 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

III - referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - incidentes sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 e alterações c/c o Decreto GDF 25.508, de 19/01/2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2000.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO AUMENTO E SUPRESSÃO** - O objeto deste contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS** - Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes, observado o

interregno mínimo de um ano, a contar das datas dos orçamentos as quais a proposta se referir, que será contado:

**I** - Da data limite para apresentação das propostas constantes do edital em relação aos custos com os insumos, de acordo com inflação acumulada no período, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**II** - Da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**III** - Na hipótese de ausência de novo Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, por ocasião da data-base da categoria profissional, decorridos 12 (doze) meses da última correção salarial, poderá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, para reposição das perdas salariais apuradas no período.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data base diferenciada, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo que fundamentam a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

**I** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

**II** - Para fazer jus à variação de custos decorrentes do mercado, a **CONTRATADA** deverá comprovar, no momento da solicitação da repactuação, o aumento dos custos, considerando-se:

**a)** os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

**b)** as particularidades do contrato em vigência;

**c)** a nova planilha com variação dos custos apresentada;

**d)** indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

e) a disponibilidade orçamentária do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho quando não tratarem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os novos valores contratuais decorrentes do reajustamento produzirão efeitos financeiros:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes;

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**PARÁGRAFO NONO** - O prazo para a **CONTRATADA** solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo às seguintes disposições:

I - Caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste;

II - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Se, embora solicitado o reajuste tempestivamente, só após esse ato for possível fornecer respectivos percentuais ou valores, a demora injustificada para essa providência poderá implicar preclusão, observada a disposição seguinte, no caso de prorrogação contratual:

I - Se na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à **CONTRATADA** no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão;

II - Caso a **CONTRATADA** tenha reservado o seu direito e não solicite o reajuste até o término do prazo referente ao período prorrogado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - As alterações relativas ao reajuste contratual serão formalizadas mediante Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - O valor do contrato, depois de aplicada a repactuação, deverá estar compatível com os valores praticados no mercado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A decisão sobre o pedido de repactuação deverá ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE** – O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 9.069/95, 10.192/01 e 8.383/91, utilizando-se como índice o **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo **IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** – A **CONTRATADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, procedendo-se ao seu reequilíbrio a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA**, quando for o caso, deverá formular ao **CONTRATANTE** requerimento para o reequilíbrio do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenham onerado excessivamente as obrigações contraídas por força deste contrato.

**I** – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato.

**II** – Junto com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

**III** – O **CONTRATANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá ao reequilíbrio do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Independentemente de solicitação, o **CONTRATANTE** poderá convocar a **CONTRATADA** para acertar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As alterações decorrentes do reequilíbrio do contrato serão publicadas na Imprensa Nacional.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O **CONTRATANTE** efetivará o pagamento de verbas retroativas do período em que a solicitação de reequilíbrio permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, para as situações de reequilíbrio do contrato após o seu término de vigência.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO** - Na hipótese de a **CONTRATADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice IGP/M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), "pro rata temporis", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos a **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

I - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CONTRATADA** manifestar sobre o pagamento superior apurado pelo **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE** deverá notificar à **CONTRATADA** para que recolha, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser preenchida e impressa no sítio do Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)) ou na *internet*, na página da SEOF/SUCON, com os seguintes campos:

**Unidade Favorecida:**

Código 100001

Gestão 00001

**Recolhimento:**

Código 98815-4

**Contribuinte:**

CPF/CNPJ

Nome

Valor do Documento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Efetuado o recolhimento de que trata o parágrafo anterior, a **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso o índice estabelecido no *caput* desta cláusula não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS –**

A **CONTRATADA** que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver as condições apresentadas na proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no **SICAF**, e no cadastro de fornecedores do **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a que se refere o inciso XIV do art. 4º e o art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo de multa de 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, conforme parâmetros estabelecidos na tabela abaixo, a depender da natureza e a gravidade da infração cometida:

Tipificação/dosimetria		
Nº	Infração	Temporalidade da pena
01	Ensejar o retardamento da execução de seu objeto	9 (nove) meses
02	Não manter as condições apresentadas na proposta	12 (doze) meses
03	Falhar na execução do contrato	24 (vinte e quatro) meses
04	Apresentar documentação falsa	60 (sessenta) meses
05	Fraudar na execução do contrato	60 (sessenta) meses
06	Comportar-se de modo inidôneo	60 (sessenta) meses
07	Cometer fraude fiscal	60 (sessenta) meses
08	Fazer declaração falsa	60 (sessenta) meses

**I - Considera-se falhar na execução contratual** o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela **CONTRATADA**.

**II - Considera-se fraudar na execução contratual** a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

**III - Considera-se comportar-se de maneira inidônea** a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação

com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o **CONTRATANTE** poderá, além da pena prevista no *caput*, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção de suspensão temporária aplicada com base no *caput* desta cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ficam fixados, a título de multa, os percentuais por atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratualmente estabelecida e/ou pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, nos seguintes termos:

I - No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de execução do serviço, será aplicada multa de mora a incidir sobre a parcela em atraso, no percentual de:

a) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

b) 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

II – Após a constatação imediata de atraso na execução dos serviços, poderá estar configurada a inexecução parcial do contrato, mediante enquadramento nas hipóteses previstas em lei, e será aplicada à **CONTRATADA** multa no percentual de 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

III - Não haverá *bis in idem* nas situações em que a **CONTRATADA** entregar parte do objeto em atraso e não cumprir o restante da obrigação.

a) No caso dos incisos I e II deste parágrafo, haverá a aplicação da penalidade de multa moratória, a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e a aplicação da penalidade de multa compensatória, a ser calculada sobre a parcela não entregue.

IV - A penalidade de multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no parágrafo primeiro.

V - A rescisão ou a manutenção do contrato não afastam a incidência da penalidade prevista no inciso II deste parágrafo.

**VI** – Dependendo da infração cometida, a Administração, a seu critério, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observadas as disposições constantes dos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/1993.

**VII** - No caso de descumprimento das obrigações contratuais, excetuadas as situações previstas no inciso I deste parágrafo, será aplicada multa compensatória, conforme portaria GPR 2.037/2017, no percentual de:

**a) 20%** (vinte por cento), nos casos de inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor da prestação não cumprida;

**b) 30%** (trinta por cento), no caso de inexecução total do contrato, calculada sobre o valor total do contrato.

**VIII** - Considera-se **inexecução parcial** o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para execução dos serviços.

**IX** - Considera-se **inexecução total** o atraso injustificado superior a 60 (sessenta dias) no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para execução dos serviços.

**X** - O **CONTRATANTE** exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

**XI** - A contagem do período de atraso no cumprimento da obrigação será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**XII** – a **CONTRATADA** deverá manter a regularidade com a Seguridade Social – **CND**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **CRF**, com a Justiça do Trabalho - **CNDT** e com a Fazenda Federal, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, sob pena de rescisão contratual.

**a)** a inobservância do disposto neste inciso acarretará a aplicação de multa, no percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, a ser calculado sobre o valor total do contrato, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato. Após transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, a ser contado da data de notificação pelo **CONTRATANTE**, sem que haja a regularização da situação que ensejou a penalização, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos termos do art. 78, inc. I da Lei 8.666/1993, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**a.1)** No caso de descumprimento de obrigação trabalhista, a contagem do período de atraso será iniciada imediatamente após o exaurimento do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dias não úteis.

**XIII** - Os critérios abaixo discriminados referem-se à aplicação de **MULTA MORATÓRIA**, mantidos os critérios e prazos estabelecidos nos incisos VII, VIII, IX e X deste parágrafo no que tange à multa compensatória. Para efeito de aplicação de multa moratória, quando os critérios estipulados nos incisos I e II deste parágrafo não se adequarem ao objeto ora solicitado, às infrações referentes a cada tipo de objeto são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir, estando a aludida sanção pecuniária limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato:

TABELA - INFRAÇÃO/GRADUAÇÃO		
Nº		Incidência
01	Deixar de entregar os documentos comprobatórios das qualificações exigidas para os profissionais dos postos de trabalho no prazo estabelecido.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso
02	Não iniciar a execução dos serviços, no prazo previsto em edital e no contrato celebrado, após comunicação oficial do CONTRATANTE.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
03	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 4% (quatro por cento) a partir do 31º dia.
04	Deixar de manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante a vigência do contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços.	1% (um por cento) do valor total da proposta por dia de descumprimento até o 30º dia e de 3% (três por cento) a partir do 31º dia.
05	Retirar profissionais dos postos de trabalho durante o expediente, sem anuência prévia do CONTRATANTE.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
06	Não substituir, dentro dos prazos previstos, profissionais dos postos de trabalho, conforme previsto neste edital e no contrato celebrado.	1% (um por cento) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 3% (três por cento) a partir do 31º dia.
07	Não suprir as ausências de profissionais nos postos de trabalho, sem lapso temporal na prestação do serviço, no caso de férias, licenças e afastamentos	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
08	Deixar de apresentar preposto ao CONTRATANTE, nos termos definidos neste Edital e no Contrato.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
09	Não manter preposto nas dependências do TJDF, durante o horário de funcionamento dos postos de trabalho definidos no edital e no contrato, aplicada por dia.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
10	Deixar de registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade dos profissionais dos postos de trabalho.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
11	Não realizar, pontualmente, o pagamento dos salários dos profissionais dos postos de trabalho e das demais obrigações trabalhistas.	1% (um por cento) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 3% (três por cento) a partir do 31º dia.
12	Deixar de fornecer, nos prazos estipulados no edital e no contrato celebrado, o auxílio-alimentação e auxílio - transporte devidos aos profissionais dos postos de trabalho.	1% (um por cento) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 3% (três por cento) a partir do 31º dia.
13	Deixar de apresentar folha de pagamento dos profissionais dos postos de trabalho, acompanhada dos comprovantes de recolhimento das contribuições à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, referentes ao mês anterior.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
14	Deixar de manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e a capacidade técnica operativa.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
15	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução da Unidade Gestora, por ocorrência.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso
16	Após a aplicação de 03 (três) advertências, para sanar faltas leves.	1% (um por cento) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 3% (três por cento) a partir do 31º dia.
17	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações estipuladas em edital e no contrato celebrado, não previstas nesta tabela de multas, por ocorrência.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos

		percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
18	Não concluir, até 15 (quinze) dias úteis, o processamento das contas encaminhadas ao Pró-Saúde, após distribuídas aos faturistas.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
19	Não concluir, até 20 (dias) dias úteis, a análise dos recursos de glosa.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
20	Deixar de realizar as vistorias <i>in loco</i> , no prazo estabelecido no edital e no contrato.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
21	Deixar de realizar a auditoria das contas de internação hospitalar – RAH e domiciliares, encaminhadas ao Pró-Saúde.	0,2% (dois décimos percentuais) do valor mensal do contrato por dia de descumprimento até o 30º dia e de 0,3% (três décimos percentuais) a partir do 31º dia até o 45º dia de atraso.
22	Deixar de manifestar interesse na prorrogação da vigência contratual, após o prazo de 30 (trinta) dias corridos da notificação do CONTRATANTE sobre a intenção de prorrogar a vigência.	0,4% ( quatro décimos percentuais) sobre o valor total do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As sanções previstas no parágrafo segundo poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as previstas no *caput* e nos incisos I e III do parágrafo primeiro desta cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A inobservância do prazo fixado no *caput* da cláusula décima quinta para apresentação da garantia contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se, no decorrer do contrato, as multas somadas ultrapassarem R\$ 300,00 (trezentos reais), os gestores do contrato deverão iniciar a instrução da penalidade, conforme estabelecido no § 4º do art. 8º da Portaria **TJDFT GPR N. 2.037/2017**.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Aplicada a penalidade e inexistindo pagamentos devidos pela Administração, a **CONTRATADA** será notificada pela unidade gestora da contratação para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU, no prazo de cinco dias corridos, a contar da confirmação do recebimento da respectiva notificação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, da garantia prestada e cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**PARÁGRAFO NONO** - O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Portaria GPR 2.037/2017 do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO** - O presente instrumento será executado sob o acompanhamento da Subsecretaria de Assistência ao Beneficiário – **SUABE** e da Subsecretaria de Administração e Finanças - **SUFIC** do **CONTRATANTE**, as quais se incumbirão de receber e atestar as faturas referentes ao objeto deste contrato, observar o fiel cumprimento do presente contrato, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As decisões e providências que ultrapassem a competência do setor fiscalizador deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA RESCISÃO** - O presente instrumento poderá ser rescindido:

**I** - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/1993;

**II** - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;

**III** - Judicialmente, nos termos da lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No caso de rescisão amigável, à parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA** - O presente instrumento vigorará por **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União**, podendo ser prorrogado, na forma da legislação vigente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES** - O presente Instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 65 da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS** - Este contrato regula-se pela Lei 8.666/1993, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Sob anuência expressa do **CONTRATANTE** e sem prejuízo à execução do objeto pactuado, será possível a manutenção do contrato com empresas em processo de fusão, cisão ou incorporação, desde que as empresas envolvidas observem todos os requisitos habilitatórios, a plena condição de atendimento às demandas técnicas, como também demais exigências do edital, deste contrato e seus anexos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO** - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar, a sua custa, a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União, conforme a legislação vigente.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO** – Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, art. 55, § 2º, da Lei 8.666/1993.

E por estarem assim justos e acordados, firmou-se o presente acordo, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

### **ANEXO I**

#### **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID	QTD	VALOR GLOBAL MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL ANUAL (R\$)
1.	Prestação de serviços continuados de apoio administrativo na área de auditoria médico-hospitalar, atendimentos domiciliares e correlatos, bem como assessoramento técnico ao programa de assistência à saúde e benefícios sociais - pró-saúde.	8737	Mês	12	124.995,80	1.499.949,60

### **ANEXO II**

#### **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

DETALHAMENTO DO OBJETO - POSTOS DE TRABALHO						
Item	Categoria	Qtd	Remuneração	Custo unitário mensal	Custo total mensal	Custo total anual
1	Auditoria Interna Perícia Médica - Médico 30h	2	7.047,10	14.451,72	28.903,44	346.841,28
2	Auditoria Externa Perícia Médica - Médico 30h	1	6.913,59	14.177,95	14.177,95	170.135,40
3	Auditoria Interna - Cotação de Materiais - Enfermeiro 30h	1	3.946,93	8.491,41	8.491,41	101.896,92
4	Auditoria Interna - Faturamento - Enfermeiro 30h	2	3.946,93	8.491,41	16.982,82	203.793,84
5	Auditoria Interna - Faturamento - Faturista 30h	10	1.196,52	3.109,18	31.091,80	373.101,60
6	Auditoria Externa - Enfermeiro 30h	3	3.926,45	8.449,46	25.348,38	304.180,56
<b>TOTAL</b>		<b>19</b>			<b>124.995,80</b>	<b>1.499.949,60</b>

<b>Posto: Auditoria Interna Perícia Médica - Médico 30h</b>
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PORTARIA SLTI/MPOG Nº 06/2013
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração			%	Valor (R\$)
A	Salário Base			-	7.047,10
B	Adicional de periculosidade			30,0	-
C	Adicional de insalubridade			10, 20 ou 40	-
D	Adicional noturno			20,0	-
E	Adicional de hora extra			50,0	-
F	Outros (especificar/justificar)			-	-
Total da Remuneração					7.047,10
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS					
2	Benefícios Mensais e diários				Valor (R\$)
A	Auxílio transporte - 22 dias úteis (Este profissional não fará jus ao vale-transporte, pois o desconto em folha seria maior do que o valor do benefício.)				-
A.1	Dedução auxílio transporte			6%	-
B	Auxílio alimentação - 22 dias úteis				-
B.1	Dedução auxílio alimentação			0%	-
C	Assistência médica e familiar				-
D	Seguro de vida, invalidez e funeral				-
E	Outros (especificar/justificar)				-
Total de Benefícios mensais e diários					-
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS					
3	Insumos Diversos				Valor (R\$)
A	Uniformes				-
B	Materiais				-
C	Equipamentos				-
D	Outros - Crachá				1,03
Total de Insumos diversos					1,03
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS					
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00	20,00	1.409,42	
B	SESI ou SESC	1,50	-	105,71	
C	SENAI ou SENAC	1,00	-	70,47	
D	INCRA	0,20	-	14,09	
E	Salário Educação	2,50	-	176,18	
F	FGTS	8,00	8,00	563,77	
G	Seguro Acidente do Trabalho	0,50	0,50	35,24	
H	SEBRAE	0,60	-	42,28	
TOTAL		34,30	28,50	2.417,16	
4.2	13º Salário	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)	
A	13º Salário	8,33	8,33	587,02	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	2,86	2,37	201,55	
TOTAL		11,19	10,70	788,57	



4.3	Afastamento Maternidade		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade (férias do substituto)		0,07	0,07	4,93
B	Incidência do submódulo 4.1 s/ afastamento maternidade		0,02	0,02	1,41
B.1	Incidência do submódulo 4.1 s/ remuneração e 13º do substituto		0,25	0,21	17,62
TOTAL			0,34	0,30	23,96
4.4	Provisão para Rescisão		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		0,42	0,42	29,60
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,03	0,03	2,11
C	Multa do FGTS e CS s/aviso prévio indenizado		0,02	0,02	1,41
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato		1,94	1,94	136,71
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado		0,67	0,55	47,22
F	Multa FGTS e CS do aviso prévio trabalhado		0,08	0,08	5,64
TOTAL			3,16	3,04	222,69
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias		11,11	11,11	782,93
B	Ausência por doença		1,39	1,39	97,95
C	Licença paternidade		0,02	0,02	1,41
D	Ausências legais		0,28	0,28	19,73
E	Ausência por acidente de trabalho		0,04	0,04	2,82
F	Outros (especificar/justificar)		-	-	
Subtotal			12,84	12,84	904,84
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		4,40	3,66	310,07
TOTAL			17,24	16,50	1.214,91
4.6	Multa de FGTS e Contribuição Social		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Remuneração		3,60	3,60	253,70
B	Férias		0,40	0,40	28,19
C	13º Salário		0,30	0,30	21,14
TOTAL			4,30	4,30	303,03
Notas:					
Total geral dos encargos trab. e previdenciários (Módulo 4)			70,53	63,34	4.970,32
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos Indiretos					12.018,45
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro					12.499,19
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5					13.201,64
Custo final da mão de obra, incluindo tributos					14.451,71
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,00	4,00	4,00	480,74

B	Lucro	5,62	5,62	5,62	702,45
C	Tributos				
	PIS	1,65	0,65	Variável	93,94
	COFINS	7,60	3,00	Variável	433,55
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)	-	-	-	
	ISS	5,00	5,00	Variável	722,59
Total					2.433,27
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual	Valor (R\$)			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	7.047,10			
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	-			
C	Módulo 3 - Insumos Diversos	1,03			
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	4.970,32			
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	2.433,27			
Valor total por empregado					14.451,72
Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato					2
Valor mensal do posto					28.903,44

Posto: Auditoria Externa Perícia Médica - Médico 30h			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PORTARIA SLTI/MPOG Nº 06/2013			
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	-	6.722,79
B	Adicional de periculosidade	30,0	-
C	Adicional de insalubridade (base de cálculo salário mínimo R\$ 954,00)	20,0	190,80
D	Adicional noturno	20,0	-
E	Adicional de hora extra	50,0	-
F	Outros (especificar/justificar)	-	-
Total da Remuneração			6.913,59
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Benefícios Mensais e diários		Valor (R\$)
A	Auxílio transporte - 22 dias úteis (Este profissional não fará jus ao vale-transporte, pois o desconto em folha seria maior do que o valor do benefício.)		-
A.1	Dedução auxílio transporte	6%	-
B	Auxílio alimentação - 22 dias úteis	R\$	-
B.1	Dedução auxílio alimentação	0%	-
C	Assistência médica e familiar		-
D	Seguro de vida, invalidez e funeral		-
E	Outros (especificar/justificar)		-
Total de Benefícios mensais e diários			-
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS			
3	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		-
B	Materiais		-
C	Equipamentos		-
D	Outros - Crachá		1,03
Total de Insumos diversos			1,03

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	20,00	1.382,72
B	SESI ou SESC	1,50	-	103,70
C	SENAI ou SENAC	1,00	-	69,14
D	INCRA	0,20	-	13,83
E	Salário Educação	2,50	-	172,84
F	FGTS	8,00	8,00	553,09
G	Seguro Acidente do Trabalho	0,50	0,50	34,57
H	SEBRAE	0,60	-	41,48
TOTAL		34,30	28,50	2.371,37
4.2	13º Salário	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	8,33	575,90
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	2,86	2,37	197,73
TOTAL		11,19	10,70	773,63
4.3	Afastamento Maternidade	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade (férias do substituto)	0,07	0,07	4,84
B	Incidência do submódulo 4.1 s/ afastamento maternidade	0,02	0,02	1,38
B.1	Incidência do submódulo 4.1 s/ remuneração e 13º do substituto	0,25	0,21	17,28
TOTAL		0,34	0,30	23,50
4.4	Provisão para Rescisão	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	0,42	29,04
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03	0,03	2,07
C	Multa do FGTS e CS s/aviso prévio indenizado	0,02	0,02	1,38
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato	1,94	1,94	134,12
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado	0,67	0,55	46,32
F	Multa FGTS e CS do aviso prévio trabalhado	0,08	0,08	5,53
TOTAL		3,16	3,04	218,46
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	11,11	11,11	768,10
B	Ausência por doença	1,39	1,39	96,10
C	Licença paternidade	0,02	0,02	1,38
D	Ausências legais	0,28	0,28	19,36
E	Ausência por acidente de trabalho	0,04	0,04	2,77

F	Outros (especificar/justificar)				-
Subtotal			12,84	12,84	887,71
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		4,40	3,66	304,20
TOTAL			17,24	16,50	1.191,91
4.6 Multa de FGTS e Contribuição Social			Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Remuneração		3,60	3,60	248,89
B	Férias		0,40	0,40	27,65
C	13º Salário		0,30	0,30	20,74
TOTAL			4,30	4,30	297,28
Total geral dos encargos trab. e previdenciários (Módulo 4)			70,53	63,34	4.876,15
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos Indiretos					11.790,77
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro					12.262,40
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5					12.951,55
Custo final da mão de obra, incluindo tributos					14.177,94
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,00	4,00	4,00	471,63
B	Lucro	5,62	5,62	5,62	689,15
C	Tributos				
	PIS	1,65	0,65	Variável	92,16
	COFINS	7,60	3,00	Variável	425,34
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)	-	-	-	-
	ISS	5,00	5,00	Variável	708,90
Total					2.387,18
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual				Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				6.913,59
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários				-
C	Módulo 3 - Insumos Diversos				1,03
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas				4.876,15
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro				2.387,18
Valor total por empregado					14.177,95
Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato					1
Valor mensal do posto					14.177,95

<b>Posto: Auditoria Interna - Cotação de Materiais - Enfermeiro 30h</b>			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PORTARIA SLTI/MPOG Nº 06/2013			
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
I	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	-	3.946,93
B	Adicional de periculosidade	30,0	-
C	Adicional de insalubridade	10, 20 ou 40	-
D	Adicional noturno	20,0	-

				-
E	Adicional de hora extra	50,0		-
F	Outros (especificar/justificar)	-		-
Total da Remuneração				3.946,93
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensais e diários			Valor (R\$)
A	Auxílio transporte - 22 dias úteis (Este profissional não fará jus ao vale-transporte, pois o desconto em folha seria maior do que o valor do benefício.)			-
A.1	Dedução auxílio transporte		6%	-
B	Auxílio alimentação - 22 dias úteis		R\$ 15,00	330,00
B.1	Dedução auxílio alimentação		0%	-
C	Assistência médica e familiar			-
D	Seguro de vida, invalidez e funeral			-
E	Outros (especificar/justificar)			
Total de Benefícios mensais e diários				330,00
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS				
3	Insumos Diversos			Valor (R\$)
A	Uniformes			-
B	Materiais			-
C	Equipamentos			-
D	Outros-Cracha			1,03
Total de Insumos diversos				1,03
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	20,00	789,39
B	SESI ou SESC	1,50	-	59,20
C	SENAI ou SENAC	1,00	-	39,47
D	INCRA	0,20	-	7,89
E	Salário Educação	2,50	-	98,67
F	FGTS	8,00	8,00	315,75
G	Seguro Acidente do Trabalho	0,50	0,50	19,73
H	SEBRAE	0,60	-	23,68
TOTAL		34,30	28,50	1.353,78
4.2	13º Salário	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	8,33	328,78
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	2,86	2,37	112,88
TOTAL		11,19	10,70	441,66
4.3	Afastamento Maternidade	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade (férias do substituto)	0,07	0,07	2,76
B	Incidência do submódulo 4.1 s/ afastamento maternidade	0,02	0,02	0,79
B.1	Incidência do submódulo 4.1 s/ remuneração e 13º do substituto	0,25	0,21	9,87

TOTAL			0,34	0,30	13,42
4.4	Provisão para Rescisão		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		0,42	0,42	16,58
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,03	0,03	1,18
C	Multa do FGTS e CS s/aviso prévio indenizado		0,02	0,02	0,79
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato		1,94	1,94	76,57
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado		0,67	0,55	26,44
F	Multa FGTS e CS do aviso prévio trabalhado		0,08	0,08	3,16
TOTAL			3,16	3,04	124,72
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias		11,11	11,11	438,50
B	Ausência por doença		1,39	1,39	54,86
C	Licença paternidade		0,02	0,02	0,79
D	Ausências legais		0,28	0,28	11,05
E	Ausência por acidente de trabalho		0,04	0,04	1,58
F	Outros (especificar/justificar)		-	-	-
Subtotal			12,84	12,84	506,78
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		4,40	3,66	173,66
TOTAL			17,24	16,50	680,44
4.6	Multa de FGTS e Contribuição Social		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Remuneração		3,60	3,60	142,09
B	Férias		0,40	0,40	15,79
C	13º Salário		0,30	0,30	11,84
TOTAL			4,30	4,30	169,72
Total geral dos encargos trab. e previdenciários (Módulo 4)			70,53	63,34	2.783,74
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos Indiretos					7.061,70
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro					7.344,17
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5					7.756,91
Custo final da mão de obra, incluindo tributos					8.491,42
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,00	4,00	4,00	282,47
B	Lucro	5,62	5,62	5,62	412,74
C	Tributos				
	PIS	1,65	0,65	Variável	55,19
	COFINS	7,60	3,00	Variável	254,74
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)	-	-	-	
	ISS			Variável	424,57

	5,00	5,00		
Total				1.429,71
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual				Valor (R\$)
A Módulo 1 - Composição da Remuneração				3.946,93
B Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários				330,00
C Módulo 3 - Insumos Diversos				1,03
D Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas				2.783,74
E Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro				1.429,71
Valor total por empregado				<b>8.491,41</b>
Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato				1
Valor mensal do posto				<b>8.491,41</b>

<b>Posto: Auditoria Interna - Faturamento - Enfermeiro 30h</b>				
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PORTARIA SLTI/MPOG Nº 06/2013				
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração	%		Valor (R\$)
A	Salário Base	-		3.946,93
B	Adicional de periculosidade	30,0		-
C	Adicional de insalubridade	10, 20 ou 40		-
D	Adicional noturno	20,0		-
E	Adicional de hora extra	50,0		-
F	Outros (especificar/justificar)	-		-
Total da Remuneração				3.946,93
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensais e diários			Valor (R\$)
A	Auxílio transporte - 22 dias úteis (Este profissional não fará jus ao vale-transporte, pois o desconto em folha seria maior do que o valor do benefício.)			-
A.1	Dedução auxílio transporte		0%	-
B	Auxílio alimentação - 22 dias úteis		R\$ 15,00	330,00
B.1	Dedução auxílio alimentação		0%	-
C	Assistência médica e familiar			-
D	Seguro de vida, invalidez e funeral			-
E	Outros (especificar/justificar)			-
Total de Benefícios mensais e diários				330,00
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS				
3	Insumos Diversos			Valor (R\$)
A	Uniformes			-
B	Materiais			-
C	Equipamentos			-
D	Outros - Crachá			1,03
Total de Insumos diversos				1,03
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	20,00	789,39
B	SESI ou SESC			59,20

		1,50	-	
C	SENAI ou SENAC	1,00	-	39,47
D	INCRA	0,20	-	7,89
E	Salário Educação	2,50	-	98,67
F	FGTS	8,00	8,00	315,75
G	Seguro Acidente do Trabalho	0,50	0,50	19,73
H	SEBRAE	0,60	-	23,68
TOTAL		34,30	28,50	1.353,78
4.2	13º Salário	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	8,33	328,78
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	2,86	2,37	112,88
TOTAL		11,19	10,70	441,66
4.3	Afastamento Maternidade	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade (férias do substituto)	0,07	0,07	2,76
B	Incidência do submódulo 4.1 s/ afastamento maternidade	0,02	0,02	0,79
B.1	Incidência do submódulo 4.1 s/ remuneração e 13º do substituto	0,25	0,21	9,87
TOTAL		0,34	0,30	13,42
4.4	Provisão para Rescisão	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	0,42	16,58
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03	0,03	1,18
C	Multa do FGTS e CS s/aviso prévio indenizado	0,02	0,02	0,79
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato	1,94	1,94	76,57
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado	0,67	0,55	26,44
F	Multa FGTS e CS do aviso prévio trabalhado	0,08	0,08	3,16
TOTAL		3,16	3,04	124,72
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	11,11	11,11	438,50
B	Ausência por doença	1,39	1,39	54,86
C	Licença paternidade	0,02	0,02	0,79
D	Ausências legais	0,28	0,28	11,05
E	Ausência por acidente de trabalho	0,04	0,04	1,58
F	Outros (especificar/justificar)	-	-	-
Subtotal		12,84	12,84	506,78
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,40	3,66	173,66
TOTAL		17,24	16,50	680,44
4.6	Multa de FGTS e Contribuição Social	Lucro real ou	SIMPLES	Valor (R\$)



			presumido (%)	Nacional (%)	
A	Remuneração		3,60	3,60	142,09
B	Férias		0,40	0,40	15,79
C	13º Salário		0,30	0,30	11,84
TOTAL			4,30	4,30	169,72
Total geral dos encargos trab. e previdenciários (Módulo 4)			70,53	63,34	2.783,74
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos Indiretos					7.061,70
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro					7.344,17
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5					7.756,91
Custo final da mão de obra, incluindo tributos					8.491,42
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,00	4,00	4,00	282,47
B	Lucro	5,62	5,62	5,62	412,74
C	Tributos				
	PIS	1,65	0,65	Variável	55,19
	COFINS	7,60	3,00	Variável	254,74
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)	-	-	-	-
	ISS	5,00	5,00	Variável	424,57
Total					1.429,71
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual				Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				3.946,93
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários				330,00
C	Módulo 3 - Insumos Diversos				1,03
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas				2.783,74
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro				1.429,71
Valor total por empregado					8.491,41
Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato					2
Valor mensal do posto					16.982,82

<b>Posto: Auditoria Interna - Faturamento - Faturista 30h</b>			
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PORTARIA SLTI/MPOG Nº 06/2013			
<b>MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>			
1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	-	1.196,52
B	Adicional de periculosidade	30,0	-
C	Adicional de insalubridade	10, 20 ou 40	-
D	Adicional noturno	20,0	-
E	Adicional de hora extra	50,0	-
F	Outros (especificar/justificar)	-	-
Total da Remuneração			1.196,52
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
2	Benefícios Mensais e diários		Valor (R\$)

A	Auxílio transporte - 22 dias úteis			R\$ 10,00	220,00
A.1	Dedução auxílio transporte			6%	(71,79)
B	Auxílio alimentação - 22 dias úteis			R\$ 18,00	396,00
B.1	Dedução auxílio alimentação			0%	-
C	Assistência médica e familiar				-
D	Seguro de vida, invalidez e funeral				-
E	Outros (especificar/justificar)				-
Total de Benefícios mensais e diários					544,21
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS					
3	Insumos Diversos				Valor (R\$)
A	Uniformes				-
B	Materiais				-
C	Equipamentos				-
D	Outros - Crachá				1,03
Total de Insumos diversos					1,03
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS					
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)	
A	INSS	20,00	20,00	239,30	
B	SESI ou SESC	1,50	-	17,95	
C	SENAI ou SENAC	1,00	-	11,97	
D	INCRA	0,20	-	2,39	
E	Salário Educação	2,50	-	29,91	
F	FGTS	8,00	8,00	95,72	
G	Seguro Acidente do Trabalho	0,50	0,50	5,98	
H	SEBRAE	0,60	-	7,18	
TOTAL		34,30	28,50	410,40	
4.2	13º Salário	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)	
A	13º Salário	8,33	8,33	99,67	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	2,86	2,37	34,22	
TOTAL		11,19	10,70	133,89	
4.3	Afastamento Maternidade	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)	
A	Afastamento Maternidade (férias do substituto)	0,07	0,07	0,84	
B	Incidência do submódulo 4.1 s/ afastamento maternidade	0,02	0,02	0,24	
B.1	Incidência do submódulo 4.1 s/ remuneração e 13º do substituto	0,25	0,21	2,99	
TOTAL		0,34	0,30	4,07	
4.4	Provisão para Rescisão	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado	0,42	0,42	5,03	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03	0,03	0,36	

C	Multa do FGTS e CS s/aviso prévio indenizado		0,02	0,02	0,24
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato		1,94	1,94	23,21
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado		0,67	0,55	8,02
F	Multa FGTS e CS do aviso prévio trabalhado		0,08	0,08	0,96
TOTAL			3,16	3,04	37,82
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias		11,11	11,11	132,93
B	Ausência por doença		1,39	1,39	16,63
C	Licença paternidade		0,02	0,02	0,24
D	Ausências legais		0,28	0,28	3,35
E	Ausência por acidente de trabalho		0,04	0,04	0,48
F	Outros (especificar/justificar)		-	-	
Subtotal			12,84	12,84	153,63
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		4,40	3,66	52,65
TOTAL			17,24	16,50	206,28
4.6	Multa de FGTS e Contribuição Social		Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Remuneração		3,60	3,60	43,07
B	Férias		0,40	0,40	4,79
C	13º Salário		0,30	0,30	3,59
TOTAL			4,30	4,30	51,45
Total geral dos encargos trab. e previdenciários (Módulo 4)			70,53	63,34	843,91
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos Indiretos					2.585,67
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro					2.689,10
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5					2.840,23
Custo final da mão de obra, incluindo tributos					3.109,17
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,00	4,00	4,00	103,43
B	Lucro	5,62	5,62	5,62	151,13
C	Tributos				
	PIS	1,65	0,65	Variável	20,21
	COFINS	7,60	3,00	Variável	93,28
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)	-	-	-	-
	ISS	5,00	5,00	Variável	155,46
Total					523,51
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual				Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				1.196,52
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários				544,21

C	Módulo 3 - Insumos Diversos	1,03
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	843,91
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	523,51
Valor total por empregado		<b>3.109,18</b>
Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato		10
Valor mensal do posto		<b>31.091,80</b>

<b>Posto: Auditoria Externa - Enfermeiro 30h</b>				
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - PORTARIA SLTI/MPOG Nº 06/2013				
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)	
A	Salário Base	-	3.735,65	
B	Adicional de periculosidade	30,0	-	
C	Adicional de insalubridade (base de cálculo salário mínimo R\$ 954,00)	20,0	190,80	
D	Adicional noturno	20,0	-	
E	Adicional de hora extra	50,0	-	
F	Outros (especificar/justificar)	-	-	
Total da Remuneração			3.926,45	
MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensais e diários		Valor (R\$)	
A	Auxílio transporte - 22 dias úteis (Este profissional não fará jus ao vale-transporte, pois o desconto em folha seria maior do que o valor do benefício.)		-	
A.1	Dedução auxílio transporte	0%	-	
B	Auxílio alimentação - 22 dias úteis	R\$ 15,00	330,00	
B.1	Dedução auxílio alimentação	0%	-	
C	Assistência médica e familiar		-	
D	Seguro de vida, invalidez e funeral		-	
E	Outros (especificar/justificar)		-	
Total de Benefícios mensais e diários			330,00	
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS				
3	Insumos Diversos		Valor (R\$)	
A	Uniformes		-	
B	Materiais		-	
C	Equipamentos		-	
D	Outros - Crachá		1,03	
Total de Insumos diversos			1,03	
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS				
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	20,00	785,29
B	SESI ou SESC	1,50	-	58,90
C	SENAI ou SENAC	1,00	-	39,26
D	INCRA	0,20	-	7,85
E	Salário Educação	2,50	-	98,16
F	FGTS	8,00	8,00	314,12

G	Seguro Acidente do Trabalho	0,50	0,50	19,63
H	SEBRAE	0,60	-	23,56
TOTAL		34,30	28,50	1.346,77
4.2	13º Salário	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	8,33	327,07
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	2,86	2,37	112,30
TOTAL		11,19	10,70	439,37
4.3	Afastamento Maternidade	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento Maternidade (férias do substituto)	0,07	0,07	2,75
B	Incidência do submódulo 4.1 s/ afastamento maternidade	0,02	0,02	0,79
B.1	Incidência do submódulo 4.1 s/ remuneração e 13º do substituto	0,25	0,21	9,82
TOTAL		0,34	0,30	13,36
4.4	Provisão para Rescisão	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	0,42	16,49
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03	0,03	1,18
C	Multa do FGTS e CS s/aviso prévio indenizado	0,02	0,02	0,79
D	Aviso prévio trabalhado - até 12 meses de contrato	1,94	1,94	76,17
E	Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado	0,67	0,55	26,31
F	Multa FGTS e CS do aviso prévio trabalhado	0,08	0,08	3,14
TOTAL		3,16	3,04	124,08
4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	11,11	11,11	436,23
B	Ausência por doença	1,39	1,39	54,58
C	Licença paternidade	0,02	0,02	0,79
D	Ausências legais	0,28	0,28	10,99
E	Ausência por acidente de trabalho	0,04	0,04	1,57
F	Outros (especificar/justificar)	-	-	-
Subtotal		12,84	12,84	504,16
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,40	3,66	172,76
TOTAL		17,24	16,50	676,92
4.6	Multa de FGTS e Contribuição Social	Lucro real ou presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Remuneração	3,60	3,60	141,35
B	Férias	0,40	0,40	15,71
C	13º Salário	0,30	0,30	11,78
TOTAL				168,84

		4,30	4,30		
Total geral dos encargos trab. e previdenciários (Módulo 4)		70,53	63,34		2.769,34
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos Indiretos					7.026,82
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro					7.307,89
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5					7.718,59
Custo final da mão de obra, incluindo tributos					8.449,47
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO					
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Lucro real (%)	Lucro presumido (%)	SIMPLES Nacional (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,00	4,00	4,00	281,07
B	Lucro	5,62	5,62	5,62	410,70
C	Tributos				
	PIS	1,65	0,65	Variável	54,92
	COFINS	7,60	3,00	Variável	253,48
	INSS (Lei 12.546/2011 - Programa Brasil Maior)	-	-	-	-
	ISS	5,00	5,00	Variável	422,47
Total					1.422,64
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
	Mão-de-obra vinculada à execução contratual				Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração				3.926,45
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários				330,00
C	Módulo 3 - Insumos Diversos				1,03
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas				2.769,34
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro				1.422,64
Valor total por empregado					<b>8.449,46</b>
Quantidade de empregados neste posto alocados no contrato					
Valor mensal do posto					<b>25.348,38</b>

Observações para todas as categorias profissionais:

**\*Risco de Acidente de Trabalho**

- A exclusão do aviso prévio trabalhado no percentual de 1,94% das planilhas do contrato a partir do segundo ano de vigência do contrato (Item "D" do módulo 4.4).
- A obrigação da **CONTRATADA** comprovar, ao final do contrato, que o custo com o aviso prévio foi concretizado.
- Caso o número de demissões e valores pagos sejam superiores ao previsto, o pagamento complementar será devido apenas ao final do contrato, visando a economia e celeridade processual, e somente após a apresentação da documentação comprobatória.
- Que ao final do contrato, os valores recebidos a título do item **D** do módulo 4.4 sejam devolvidos pela empresa caso seu pagamento não seja concretizado e/ou comprovado.

**ANEXO III**

**DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

## 1. Da descrição das atividades:

### 1.1 Atividades/Tarefas a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA**:

I - análise de processos da área de saúde, com emissão de parecer;

II - assessoria técnica para análise de protocolos médicos e hospitalares, com emissão de parecer conclusivo no prazo de 15 (quinze) dias;

III - análise técnica de novas tecnologias e medicamentos, com emissão de parecer;

IV - elaboração e entrega de relatórios gerenciais conforme solicitados pelo Pró-Saúde, em meio eletrônico e impresso (se solicitado), no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da solicitação;

V - elaboração semestral de relatório consolidado demonstrando:

a) a evolução nos gastos dos recursos do Pró-Saúde com órteses, próteses e materiais especiais (OPME's), por categoria (ortopédicos, cardíacos, reparadores, cirúrgicos, etc);

b) a evolução nos gastos dos recursos do Pró-Saúde com as internações médicas e domiciliares, por categoria, conforme exemplificado na alínea "a" deste inciso;

VI- emissão de relatório mensal que contenha, no mínimo:

a) os procedimentos autorizados e não autorizados;

b) os tipos de tratamento e seus valores;

c) os elementos e a evolução dos custos;

d) os valores e as justificativas das glosas, quando houver;

e) os valores e as justificativas das glosas dos materiais médico-hospitalares, quando houver.

VII - disponibilização de relatórios gerenciais, estatísticos e de visitas, em meio eletrônico e impresso (se solicitado), que demonstrem a prestação de serviços da auditoria externa, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, referentes às auditorias efetuadas no mês anterior. Os relatórios deverão abranger, no mínimo, as seguintes informações:

a) identificação da conta ou guia de atendimento, o tipo de guia, o valor auditado com a identificação do beneficiário e do prestador/executor e a data de fechamento;

b) quantitativo de contas auditadas;

c) credenciados/conveniados visitados;

d) quantidade de pacientes visitados e de prontuários auditados, com valores cobrados, liberados e glosados por hospital ou por credenciado para atendimento domiciliar;

- e) acompanhamento de serviços por hospitais;
- f) internados por quadro clínico e/ou cirúrgico;
- g) elementos de custos por prestador;
- h) quadro evolutivo de custos por prestador;
- i) procedimentos por paciente;
- j) procedimentos autorizados e não autorizados;
- k) gráfico demonstrativo de custo diário por tipo de tratamento, por especialidade e por componente da fatura;
- l) informações consolidadas de glosas realizadas no mês, por paciente e evento, com valor e justificativa das glosas;
- m) custos por procedimento;
- n) internação por diagnóstico;
- o) tempo médio de internação por hospital;
- p) tempo médio de internação em atendimento domiciliar;
- q) tipo de admissão por hospital;
- r) tipo de alta por hospital;
- s) pacientes individualizados por hospital;
- t) comparativo de número de internações e custos por hospital;
- u) pré-análise de fatura hospitalar;
- v) quantitativo de guias ambulatoriais por mês, com valor apresentado, liberado e glosado e percentual de glosa;
- w) outras informações customizadas de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**.

1.2 Os profissionais alocados nos postos de trabalho de **AUDITORIA INTERNA - FATURAMENTO** deverão realizar as seguintes atividades/tarefas:

I - analisar técnica e administrativamente, nas dependências do **CONTRATANTE**, as contas de internações hospitalares e domiciliares, não submetidas à auditoria externa, das faturas de consultas, de procedimentos de diagnósticos, terapêuticos, internações em pronto-socorro, clínicas e hospitais;

II- analisar técnica e administrativamente, as contas de internações ambulatoriais ou de emergência, dos beneficiários do Pró-Saúde com a finalidade de detectar possíveis inconsistências e irregularidades;

III - avaliar o correto enquadramento dos atendimentos nos valores estabelecidos nas tabelas negociadas entre o Pró-Saúde e os credenciados e a indicação de eventuais glosas, que deverão ser estabelecidas com clareza e objetividade;



IV - analisar as contas já encerradas de: consultas; procedimentos de diagnósticos; terapêuticos; internações em prontos-socorros; clínicas, hospitais e domiciliares da rede credenciada, não submetidos à auditoria de rotina; atendimentos de emergência e ambulatorial, com cobranças de materiais e medicamentos, inclusive quimioterapia;

V - efetuar auditoria administrativa das contas médico-hospitalares e de atendimento domiciliar, compatibilizando-as com as normas do Pró-Saúde, os contratos de credenciamento e as tabelas acordadas;

VI - analisar as contas e recursos de glosas, sendo do enfermeiro a responsabilidade pelas glosas técnicas;

VII - observar, obrigatoriamente, durante a execução da análise, os seguintes pontos, além de outros constantes da rotina do Serviço de Conferência e Análise de Faturas- SERCOF do Pró-Saúde:

- a) se os serviços cobrados foram prestados;
- b) se os procedimentos foram cobrados conforme contratos, tabelas pactuadas e normas do Pró-Saúde;
- c) se os procedimentos cobrados foram autorizados pelo Pró-Saúde;
- d) se os procedimentos cobrados são compatíveis com as normas do Pró-Saúde;
- e) se as guias estão corretamente preenchidas e assinadas;
- f) se as autorizações prévias estão anexadas à conta, quando for o caso;
- g) se os exames cobrados estão acompanhados dos respectivos pedidos dos profissionais competentes;
- h) se os procedimentos seriados, autorizados, estão acompanhados de solicitação médica e de controle de presença do paciente;
- i) se as faturas seguem as instruções gerais constantes das tabelas pactuadas;

VIII - analisar administrativamente todas as faturas de internações em hospitais, pronto-socorros, domiciliares e em clínicas; dos materiais e medicamentos; dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos;

IX- indicar eventuais glosas, que deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas pelo auditor responsável;

X - examinar as revisões de glosas solicitadas pelos credenciados, contratados ou conveniados e emitir relatório justificando as eventuais reconsiderações;

XI - efetuar o registro, a transcrição administrativa e a análise das contas no sistema do **CONTRATANTE**, compatibilizando os dados constantes dos registros eletrônicos com a documentação que os embasa e considerando as tabelas e normas do Pró-Saúde, bem como os contratos firmados com os prestadores de serviços;

XII - analisar os recursos de glosas apresentados pelos credenciados. As justificativas das glosas deverão seguir o modelo padrão do programa Pró-Saúde ou outro, se autorizado;

XIII - verificar os dados dos registros eletrônicos e retificar, quando necessário;

XIV - realizar a auditoria e conferência técnica das faturas emitidas pelos prestadores de serviços médicos, psicológicos, fonoaudiológicos, de terapia ocupacional, fisioterápicos, de enfermagem, de nutrição, hospitalares, de atendimentos domiciliares, laboratoriais, diagnósticos, radiológicos e serviços afins de profissionais e empresas credenciadas ao Pró-Saúde;

XV - verificar as negações, inconsistências e glosas geradas automaticamente pelo sistema informatizado e providenciar sua revisão quando necessário;

XVI - transcrever, no sistema informatizado do **CONTRATANTE**, os dados das contas médico-hospitalares, de atendimento domiciliar, consultas, de procedimentos de diagnósticos, terapêuticos, internações em pronto-socorro, clínicas e hospitais e afins, não enviadas eletronicamente;

XVII - efetuar as glosas administrativas com as respectivas justificativas e registrá-las no sistema eletrônico do **CONTRATANTE**;

XVIII - organizar e armazenar documentos integrantes das contas médico-hospitalares, de atendimento domiciliar, consultas, de procedimentos diagnósticos, terapêuticos, internações em pronto-socorro, clínicas e hospitais, laboratoriais, psicológicos, fonoaudiológicos, terapia ocupacional, fisioterápicos e afins.

### 1.3 Os profissionais alocados nos postos de trabalho de **AUDITORIA INTERNA – ENFERMEIRO** deverão realizar as seguintes atividades/tarefas:

I - prestar assessoria técnica para análise de protocolos médicos;

II - analisar tecnicamente as contas de internações hospitalares e domiciliares, não submetidas à auditoria externa, faturas de consultas, de procedimentos de diagnósticos, terapêuticos, internações em pronto-socorro, clínicas, hospitais, internação domiciliar, com a finalidade de detectar possíveis irregularidades;

III - efetuar auditoria e conferência técnica e administrativa de faturas emitidas pelos prestadores de serviços médicos, psicológicos, fonoaudiológicos, de terapia ocupacional, fisioterápicos, de enfermagem, hospitalares, laboratoriais, radiológicos, bem como de outros serviços afins de profissionais e empresas credenciadas pelo **CONTRATANTE**;

IV - avaliar tecnicamente a pertinência do atendimento e/ou dos materiais, medicamentos e procedimentos empregados;

V - analisar contas já encerradas de: consultas; procedimentos de diagnósticos; terapêuticos; internações em pronto-socorro; em clínicas, hospitais e

domiciliares da rede credenciada, atendimentos de emergência e ambulatorial, com cobranças de materiais e medicamentos, inclusive quimioterapia;

VI - efetuar auditoria técnica e administrativa das contas médico-hospitalares, compatibilizando-as com as normas do **CONTRATANTE**, o contrato de credenciamento e as tabelas acordadas;

VII - verificar a negação de procedimentos e glosas geradas automaticamente pelo sistema informatizado e providenciar sua revisão quando necessário;

VIII - efetuar glosas técnicas e administrativas, com clareza e justificativa, registrando no sistema eletrônico do Pró-Saúde;

IX - efetuar a análise, o registro e a transcrição administrativa das contas no sistema informatizado do **CONTRATANTE**, compatibilizando os dados constantes dos registros eletrônicos com a documentação comprobatória, considerando as tabelas e normas do **CONTRATANTE**;

X - examinar os recursos de glosas, com manifestação técnica, recomendando a manutenção ou a revisão da glosa pelo Pró-Saúde;

XI - assessorar o **CONTRATANTE** na escolha de procedimentos e fixação de preços para serviços não integrantes das tabelas pactuadas;

XII - excepcionalmente, por acréscimo das demandas e necessidade imperiosa, os serviços de auditoria externa poderão ser realizados pelos profissionais alocados na Auditoria Interna – Enfermeiro;

#### 1.4. Os profissionais alocados nos postos de trabalho de **AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA MÉDICA e COTAÇÃO DE MATERIAIS** deverão realizar as seguintes atividades/tarefas:

I- autorizar procedimentos eletivos, de emergência, exames e procedimentos de internações clínicas e cirúrgicas e de tratamentos seriados (psicoterapia, fonoaudiologia e fisioterapia);

II- efetuar cotação de solicitações de medicação e de órteses, próteses e materiais especiais – OPME's encaminhadas pelos prestadores, junto aos principais fornecedores do mercado, para fins de autorização;

III- efetuar auditoria nas cobranças encaminhadas ao **CONTRATANTE**, referentes aos materiais especiais utilizados nos procedimentos de emergência/urgência; além do assessoramento técnico necessário ao gerenciamento dessas atividades;

##### 1.4.1. Da execução **PERÍCIA MÉDICA**:

I- executar a perícia médica para autorizações de procedimentos, de acordo com o Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares e prestar o assessoramento técnico ao **CONTRATANTE**;

II- autorizar a realização de procedimentos eletivos e emergenciais, realizados em ambiente ambulatorial ou hospitalar, sob o regime de internação

psiquiátrica, clínica, cirúrgica e domiciliar, e suas eventuais prorrogações para atendimento aos beneficiários do Pró-Saúde;

III- autorizar a realização de exames complementares definidos pelo **CONTRATANTE**;

IV- analisar e prestar auditoria técnica, com emissão de parecer, nos atendimentos de livre escolha (profissionais ou empresas não credenciados), quando solicitado pelo Pró-Saúde;

V- analisar e prestar assessoria técnica, com emissão de parecer, para inclusão de procedimentos nas tabelas próprias do Pró-Saúde, sempre que solicitado, a fim de subsidiar negociação de procedimentos e pacotes com a rede credenciada;

VI- prestar assessoramento nas negociações junto aos contratados, credenciados ou conveniados;

VII- elaborar parecer sobre a composição de pacotes de procedimentos médico- hospitalares e correlatos, negociados com a rede credenciada, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;

VIII- fornecer subsídios para a parametrização dos procedimentos médico- hospitalares e correlatos, nos sistemas informatizados do **CONTRATANTE**;

IX- emitir parecer sobre a adoção de novas tecnologias, procedimentos e métodos terapêutico-diagnósticos, inclusive, sobre os processos de reembolso de livre escolha;

X- analisar as solicitações de reembolso de despesa: médica, hospitalar, exame laboratorial, exame radiológico, psicologia, fonoaudiologia, acupuntura, assistência fisioterápica, medicamentos, assistência farmacêutica, atendimento domiciliar e correlatos;

XI - prestar assessoramento na cotação de órteses, próteses e materiais especiais - OPME's -, conforme critérios definidos no Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares;

XII - autorizar a utilização de OPME's em procedimentos, avaliando a indicação clínica e os preços cotados desses itens, conforme Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares;

XIII - acompanhar, a critério do **CONTRATANTE**, procedimentos cirúrgicos para certificar a utilização de OPMEC's autorizados;

XIV - prestar assessoramento técnico na elaboração de critérios de regulação para as autorizações e as perícias relacionadas ao atendimento dos beneficiários do Pró-Saúde;

XV - padronizar, por meio documentos, as rotinas de autorização de OPMEC's, em procedimentos similares, conforme análise dos pedidos apresentados pelos beneficiários, discriminando as OPME's habitualmente autorizadas ou não;

XVI - prestar esclarecimentos aos beneficiários do Pró-Saúde;

XVII - emitir relatório mensal que contenha, no mínimo: número de atendimentos realizados, perícias e auditorias realizadas, com matrícula do beneficiário, nome do beneficiário (se dependente, informar também nome e matrícula do titular); data do atendimento, procedimentos autorizados e não autorizados e o tipo de tratamento;

XVIII - excepcionalmente, por acréscimo das demandas e necessidade imperiosa, os serviços de auditoria externa poderão ser realizados pelos médicos alocados na Auditoria Interna Perícia Médica.

1.4.1.1. As manifestações previstas nos incisos II e III deverão ser emitidas de imediato (na mesma data da solicitação), sempre que possível, e deverão ser registradas em sistema próprio do Pró-Saúde;

1.4.1.2. A emissão de parecer (autorização) deverá ser efetuada utilizando-se os sistemas informatizados disponibilizados pelo **CONTRATANTE**.

#### 1.4.2 Da execução da COTAÇÃO DE MATERIAIS:

I - efetuar controle e cotação de preços de materiais especiais com vistas à autorização de procedimentos cirúrgicos;

II - estabelecer contatos, por meio eletrônico e ou telefônico, com fornecedores de materiais, com a rede credenciada e com os médicos/beneficiários/hospitais e fornecedores envolvidos nos procedimentos a serem realizados;

III- manter a organização de arquivos, contatos e demais atividades necessárias ao trabalho realizado pelo médico perito e enfermeiro auditor;

IV- assessorar as negociações junto aos contratados, credenciados ou conveniados, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;

V - efetuar cotação de preços de medicamentos especiais, remoção, e outras, por solicitação do **CONTRATANTE**;

VI- efetuar cotação de OPME's - Órteses, Próteses e Materiais Especiais, conforme critérios definidos no Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares; apresentando, sempre que possível, 03 (três) cotações para o item a ser adquirido, para posterior autorização do médico auditor;

VII - negociar valores com fornecedores de OPME's, com vistas à obtenção de menores preços, respeitadas as características dos produtos solicitados pelo médico assistente;

VIII - emitir parecer sobre OPME's - Órteses, Próteses e Materiais Especiais, cujo relatório deverá constar o que foi autorizado e glosado;

IX - elaborar parecer sobre os valores dos pacotes de procedimentos negociados com a rede credenciada;

X- assessorar as negociações junto aos contratados, credenciados ou conveniados;

XI - auxiliar a análise dos processos de reembolso de livre escolha, quando necessário;

XII - prestar esclarecimentos aos beneficiários;

XIII - prestar ou solicitar esclarecimentos técnicos aos credenciados, contratados ou conveniados do Pró-Saúde;

XIV - emitir relatório mensal, a ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, que contenha, no mínimo: os procedimentos autorizados e não autorizados, os tipos de tratamento e seus valores, incluindo o nome e matrícula do beneficiário, data da solicitação dos materiais, data da autorização, se eletivo ou de emergência e a data provável informada para a realização do procedimento;

XV - emitir relatório mensal, a ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, contendo o histórico das cotações realizadas no período;

1.4.2.1 as cotações previstas nos incisos V e VI deverão ser realizadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

1.5 Para melhor adequação e execução dos serviços de Perícia Médica e Cotação de Materiais, esses postos de trabalho, constantes do subitem 13.2.2 do edital, exercerão suas atividades nos seguintes horários:

I - Médico Perito – 1 (um) profissional com carga de 6 (seis) horas diárias (30 horas/semanais) no horário de 12h às 18h;

II - Médico Perito – 1 (um) profissional com carga de 6 (seis) horas diárias (30 horas/semanais) no horário 13h às 19h;

III - Enfermeiro Auditor – 1 (um) profissional com carga de 6 (seis) horas diárias (30 horas/semanais) no horário de 13h às 19h.

1.6 Os profissionais alocados nos postos de trabalho de **AUDITORIA EXTERNA** deverão realizar as seguintes atividades/tarefas:

I - visitar, dar apoio, orientar e acompanhar diariamente as internações nos hospitais, clínicas conveniadas, domiciliares (*home care*) e credenciados para atendimento domiciliar, por meio de visitas *in loco*, a serem realizadas por equipe multidisciplinar (médico e enfermeiro) no horário compreendido entre 6h e 22h, para análise e conferência das contas (internação hospitalar, domiciliar, atendimento de emergência/urgência, clínicas de repouso e recuperação);

II - efetuar a análise das contas (internação hospitalar, domiciliar, atendimento de emergência/urgência, clínicas de repouso e recuperação) por meio dos dados obtidos no prontuário médico e em conformidade com os critérios e condições previstas no Regulamento Geral do Pró-Saúde e normas complementares;

III - emitir parecer sobre a evolução do quadro do paciente, com indicação da transferência deste do ambiente hospitalar para o atendimento domiciliar e vice-versa;

IV - efetuar visita/acompanhamento aos pacientes internados na psiquiatria a cada 30 (trinta) dias e/ou eventualmente quando solicitado pelo Pró-Saúde, ou por médico especialista, com emissão de parecer/relatório médico;

V - avaliar, por meio de perícias presenciais e/ou documentais, e autorizar procedimentos de exames, cirurgias, internações clínicas/cirúrgicas, liberação de materiais especiais ou de alto custo e solicitações de atendimento domiciliar previstos na cobertura do **CONTRATANTE**, bem como suas prorrogações, com indicação do CRM do médico auditor e emissão de parecer técnico em até dois dias úteis, quando necessário ou solicitado;

VI - avaliar as instalações físicas dos interessados no credenciamento ao Pró-Saúde, com efetiva visita *in loco*, para aferir a qualidade dos serviços oferecidos, bem como efetuar análise das condições técnicas, estruturais e legais, incluindo vistoria das instalações físicas e realização de análise curricular e ou entrevistas, com emissão de parecer técnico conclusivo sobre a conveniência de firmar ou não credenciamento ao Pró-Saúde;

VII - visitar a rede credenciada para análise das condições técnicas, estruturais e legais, incluindo vistoria das instalações físicas e realização de análise curricular e ou entrevistas, para emissão de parecer técnico sobre o pedido de inclusão de filial (is), procedimento (s) e ou especialidade (s) não contempladas no contrato inicial de credenciamento ou outras alterações nas condições inicialmente pactuadas;

VIII - entrevistar pacientes quando necessário ao esclarecimento da patologia, quadro clínico e tratamento, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;

IX - efetuar visita quinzenal ou sempre que solicitada, pelo **CONTRATANTE**, a pacientes em regime de internação domiciliar. A primeira visita deverá ser realizada nas 72 (setenta e duas) horas seguintes ao recebimento da comunicação da internação domiciliar;

X - avaliar a concessão de autorização dos procedimentos solicitados, após a internação, prorrogações, prescrição de medicamentos e remoções em ambulância;

XI - emitir parecer quanto às prorrogações de internações em hospitais e clínicas no Distrito Federal e entorno, quando houver necessidade ou sempre que solicitado pelo Pró-Saúde, com indicação sobre eventual transferência do paciente para o atendimento domiciliar;

XII - emitir parecer quanto às prorrogações de internações domiciliares;

XIII - estabelecer contatos junto aos médicos assistentes dos pacientes internados, objetivando o acompanhamento da evolução clínica do paciente, as prescrições e procedimentos adotados, com a finalidade de avaliar a qualidade do tratamento realizado;

XIV - avaliar os casos de permanência prolongada do paciente no hospital, por meio do médico auditor, mediante relatório detalhado, com emissão de parecer, a ser encaminhado ao Pró-Saúde;

XV - emitir relatório sobre a evolução clínica dos pacientes internados, com base no prontuário e entrevistas ao médico assistente e ao paciente, caso seja possível;

XVI - acompanhar, a critério do **CONTRATANTE**, procedimentos cirúrgicos para certificar a utilização de OPMEC's autorizados;

XVII - avaliar, por meio de visita, os casos de elegibilidade de beneficiários ao Programa de Atendimento Domiciliar do Pró-Saúde, com emissão de parecer;

1.6.1 Para a execução dos serviços de **AUDITORIA EXTERNA** a **CONTRATADA** deverá observar o que se segue:

I- os serviços de auditoria médica externa serão realizados sob demanda, por meio de prestação de serviços e ocorrerão fora das dependências do **TJDFT**, abrangendo os credenciados/conveniados no Distrito Federal e entorno;

II - as auditorias externas deverão ser concluídas quando ocorrer a saída do paciente do hospital, seja por alta, por óbito, ou por transferência para outra instituição hospitalar;

III - a auditoria das contas, após a alta do paciente ou quando do fechamento parcial, nos casos de permanência por longo período, deve ocorrer antes do envio das contas pelo credenciado, contratado ou conveniado ao Pró-Saúde;

IV- para efeito de comprovação da realização da auditoria, no prazo constante do inciso anterior, o auditor responsável deverá emitir o **Relatório de Auditoria Hospitalar (RAH)** que deverá acompanhar a conta encaminhada ao Pró-Saúde;

V - as auditorias das contas deverão ser registradas em sistema próprio do Pró-Saúde, após a realização;

VI - todos os relatórios de auditoria constantes dos serviços discriminados no subitem 1.6 deverão ser entregues em meio eletrônico e impresso (se solicitado), com assinatura do(s) responsável(eis) pela auditoria;

VII - o relatório, com parecer técnico sobre as condições das instalações físicas e realização de análise curricular, deverá ser emitido para os casos de solicitação de credenciamento de pessoas físicas e ou jurídicas;

VIII - o relatório das visitas realizadas, para averiguação das condições técnicas, estruturais e legais, e das instalações físicas e análise curricular e das entrevistas, com vistas ao credenciamento ou alterações das condições pactuadas, deverá ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação do Pró-Saúde;

IX- as visitas aos pacientes em regime de atendimento domiciliar terão como objetivo avaliar o serviço prestado e averiguar irregularidades, com observância das normas do **CONTRATANTE** e emissão de relatório individualizado sobre a evolução da condição do paciente baseado no plano terapêutico;

1.7 Forma de apresentação das contas auditadas (internas e externas):

I- todas as contas, após a conferência, deverão ser assinadas e carimbadas pelo auditor e responsável pelo faturamento do credenciado e, quando se tratar de glosas técnicas, estas deverão ser assinadas pelos profissionais da área de enfermagem (enfermeiro);

II - as auditorias das contas internas e externas deverão ser registradas em sistema próprio do Pró-Saúde, logo após a conclusão;

III- cada conta auditada deverá ter anexado um relatório contendo um resumo das ocorrências de cada fatura com discriminação dos valores relativos a honorários médicos, materiais, medicamentos, taxas e diárias (quando houver), OPME's (quando houver), e relato das glosas efetuadas, com indicação do motivo e valor, e o valor líquido a pagar;



### CALENDÁRIO DO TJDFE PARA CÁLCULO

**TJDFT 2018**

NOVEMBRO/2017

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

DEZEMBRO/2017

D	S	T	Q	Q	S	S		
					1	2		
3	4	5	6	7	8	9		
10	11	12	13	14	15	16		
17	18	19	20	21	22	23		
24	25	26	27	28	29	30		
31								

JANEIRO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

FEVEREIRO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28			

MARÇO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

ABRIL/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

MAIO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

JUNHO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

JULHO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

AGOSTO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

SETEMBRO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

OUTUBRO/2018

D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

**Recesso Forense:** 20/12/2017 a 06/01/2018

**Feriados:** Novembro/2017: 01; 02 e 15

Dezembro/2017: 08

Fevereiro/2018: 12; 13 e 14

Março/2018: 28, 29 e 30

Abril/2018: 01

Maio/2018: 01 e 31

Agosto/2018: 11

Setembro/2018: 07

Outubro/2018: 12

**ANEXO V****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**, inscrito no **CNPJ/MF 00.531.954/0001-20**, sediado na Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Brasília-DF, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **MARIO MACHADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, da Lei 11.697, de 13/06/2008, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **AUDICARE - CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, **CNPJ/MF 05.285.983/0001-73**, estabelecida na SMAS, nº 6580, Bloco 02, 4º andar, sala 404, Condomínio Park Shopping Corporate, Zona Industrial, Guará/DF, telefone: 3344-5907/3039-6703, e-mail: sebastianarodrigues@audicareauditoria.com.br, neste ato, representada por sua sócia, **ANTÔNIA SEBASTIANA RODRIGUES**, portadora da **Cédula de Identidade 788.500-84 SSP/CE** e do **CPF 261.449.213-20**, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**,

**CONSIDERANDO** que, em razão do presente **CONTRATO**, a **CONTRATADA** terá acesso informações confidenciais do **CONTRATANTE**;

**CONSIDERANDO** a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações confidenciais bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, relativo ao **CONTRATO TJDF N. 066/2018**, de acordo com **Procedimento Administrativo n.º 0012220/2018 - SEI** e mediante as seguinte cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO**

I- O objeto deste Termo é prover a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecida pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, em razão do contrato N. 066/2018.

II - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão pertinentes a toda e qualquer documentação, produto e/ou informação que, porventura, seja disponibilizada pelo **CONTRATANTE** e/ou acessada pela **CONTRATADA** ou qualquer de seus recursos técnicos ou prepostos.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**

I - A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer documentação, produto e/ou informação que, porventura, seja disponibilizada pelo **CONTRATANTE** e/ou acessada pela **CONTRATADA**.

II - A **CONTRATADA** compromete-se, outrossim, a não revelar, a não reproduzir, a não utilizar, a não se desfazer e/ou a não dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer de seus diretores, empregados, prepostos e/ou recursos técnicos, faça uso dessa documentação produto e/ou informações confidenciais de forma diversa à execução do contrato N. 066/2018, mesmo que este tenha sua vigência expirada.

III - A **CONTRATADA** deverá tomar as devidas providências para que a documentação, produto e/ou informações confidenciais fiquem restritas ao conhecimento dos diretores, empregados e/ou preposto que estejam diretamente envolvidos nas atividades, discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

I - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não se aplicam aos casos de requisição judicial, obrigando-se a **CONTRATADA** a informar, previamente e por escrito ao **CONTRATANTE**, de sorte a viabilizar a adoção de medidas judiciais com o objetivo de resguardar o sigilo da documentação, produto e/o informações confidenciais.

### CLÁUSULA QUARTA

#### DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

I - A **CONTRATADA** se compromete e se obriga a utilizar a documentação, produto e/ou informações confidenciais reveladas pelo **CONTRATANTE** exclusivamente para os propósitos deste Termo de execução do contrato N.º 066/2018, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

II - A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia ou reprodução de qualquer documentação, produto e/ou informações confidenciais sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

III - A **CONTRATADA** compromete-se a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações.

IV - A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da documentação, produto e/ou informações confidenciais do **CONTRATANTE**, bem como para evitar e prevenir sua revelação à terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

V - A **CONTRATADA** tomará as medidas de cautela cabíveis, na mesma proporção em que tomaria para proteger suas próprias informações confidenciais, a fim de manter as informações confidenciais em sigilo.

VI - A **CONTRATADA** compromete-se a separar a documentação, produto e/ou informações confidenciais de propriedade do **CONTRATANTE** dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

### CLÁUSULA QUINTA

## DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

I - Toda a documentação, produto e/ou informações confidenciais reveladas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** permanecem como propriedade exclusiva do **CONTRATANTE**, devendo a este retornar imediatamente assim que por ele requerido ou ao término do vínculo contratual, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

### CLÁUSULA SEXTA

#### DA VIGÊNCIA

I - O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e vigorará por período não inferior ao período de vigência do contrato N.066/2018, incluindo suas eventuais prorrogações.

### CLÁUSULA SÉTIMA

#### DAS PENALIDADES

I - A quebra do sigilo e confidencialidade de que trata o presente Termo, devidamente comprovada, sem autorização expressa do **CONTRATANTE**, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as partes, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**. Neste caso, a **CONTRATADA** estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE** ou por terceiros, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidades civil e criminal, às quais serão apuradas, preliminarmente ao eventual processo judicial, em regular processo administrativo.

### CLÁUSULA OITAVA

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente termo constitui acordo entre as partes, relativamente ao tratamento da documentação produto e/ou informações confidenciais, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas partes contratantes no que diz respeito ao contrato N.º 066/2018, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas partes, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado entre as partes.

II - Este Termo de Confidencialidade constitui termo vinculado ao contrato N.º 066/2018, parte independente e regulatória deste.

III - Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou, ainda, constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as partes tais divergências, de acordo com os princípios que orientam o direito administrativo, os quais deverão ser utilizados como fonte para solucionar eventuais pendências que não foram previstas no presente instrumento.

IV - O disposto no presente Termo de Confidencialidade prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de documentação, produto e/ou informações confidenciais, definidas neste instrumento.

IV - A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos qualquer tempo.

## CLÁUSULA NONA

### DO FORO

I - O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente Termo será o da sede da Administração.

E por estarem assim justos e acordados, firmou-se o presente acordo, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

## ANEXO VI

### MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

OS Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_

O presente instrumento tem por finalidade a regulamentação da execução do(s) serviço(s) \_\_\_\_\_, conforme Contrato nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, celebrado entre o **TJDFT (CONTRATANTE)** e a \_\_\_\_\_(**CONTRATADA**), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Quaisquer modificações na matéria deste registro, advindas de negociações futuras, deverão ser registradas como entendimento comum entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, por meio de Termo Aditivo ao presente instrumento.

### **DOS REQUISITOS DOS SERVIÇOS ORDENADOS**

Objeto da Ordem de Serviço:

Tipo/descrição do(s) serviço(s) ordenado(s):

Unidade de medida do(s) serviço(s) ordenado(s):

Cronograma de Execução do(s) serviço(s) (indicar prazos de início e término):

Técnicos responsáveis da equipe da **CONTRATADA** (1 técnico) e do **CONTRATANTE** (1 técnico):

Relação dos documentos anexos (quando for o caso):

Considerações gerais:

Autorizamos o início do(s) serviço(s) a partir de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /20\_\_\_\_, conforme disposições desta Ordem de Serviço e do supracitado Contrato.

Favor encaminhar, via fax ou e-mail, relação dos funcionários que realizarão o(s) serviço(s), para que seja providenciada a liberação de acesso às dependências do Tribunal.

Brasília/DF, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 20\_\_\_\_.

Responsável: **CONTRATANTE**

Responsável: **CONTRATADA**

## **ANEXO VII**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO E DE CAUSAS DE INELEGIBILIDADE**

Declaro, diante da exigência contida nos **artigos 1º e 2º, inciso VI, e 3º da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005**, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)

V – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

Art. 4º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam nas vedações dos arts. 1º e 2º, da Resolução, reproduzidas nos subitens 31.16 e 31.17 do edital.

O Representante legal da **CONTRATADA** declara, ainda, que no caso de alteração da situação societária que se enquadre na referida resolução, compromete-se a

comunicar tal fato a esse TJDFT imediatamente.



Documento assinado eletronicamente por **Antonia Sebastiana Rodrigues, Usuário Externo**, em 11/04/2018, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjdft.jus.br/sei/verificador.php> informando o código verificador **0429655** e o código CRC **21AD742C**.